

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS

NAYANE PINHEIRO

**AVALIAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS
PÚBLICAS DE PINHEIRO – MA**

Pinheiro - MA

2019

NAYANE PINHEIRO

**AVALIAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS
PÚBLICAS DE PINHEIRO – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Ciências Naturais da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais com habilitação em Biologia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Anne Karine Martins Assunção

Pinheiro - MA

2019

NAYANE PINHEIRO

**AVALIAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS
PÚBLICAS DE PINHEIRO –MA**

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Anne Karine Martins Assunção (Orientadora)
Mestre em Ciências da Saúde
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Hilton Costa Louzeiro
Doutor em Ciências
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Ma. Hellen José Daiane Alves Reis
Mestre em Ensino de Ciências
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Mayara Cristina Pinto da Silva
Doutora em Ciências da Saúde
Universidade Federal do Maranhão
(Suplente)

*A Deus, pelo livre arbítrio e a minha mãe
pelos nove meses de gestação e por tudo
que fez e faz por mim ao longo desses
anos.*

AGRADECIMENTOS

A minha família, especial a minha prima Cinara e tia Ivonete pela colaboração nos dias decisivos da coleta dos dados.

A minha orientadora Prof.^a Ma. Anne Karine Martins Assunção pela paciência, dedicação, compreensão e ajuda nessa etapa da graduação.

Aos meus professores, pelo compartilhamento de conhecimento durante esses anos, em especial a Prof.^a Maria da Guia, pelos conselhos e por me chamar de saliente e ao Prof. Juliano que me concedeu oportunidades ímpares nos últimos períodos, como a monitoria.

Aos meus amigos e ex-colegas de trabalho, Dinalia, Wellington e Chrystian que me ajudaram a conciliar o trabalho e estudo, e a Fabio pela ajuda e presença em momentos pontuais, afinal não tenho amigos para luxo.

Aos colegas de cursos pelas experiências proporcionadas, em especial Jardianne, a ponta do triângulo, pela complementação das ideias e companheirismo nos trabalhos acadêmicos e nas viagens, a Evaelma pela prontidão em me ajudar no desenvolvimento deste trabalho e Joselma pelas trocas de ideias e sugestões.

A todos que contribuíram de forma significativa, direta ou indiretamente, nessa etapa da vida.

Falar sobre a sexualidade humana para as pessoas, não é uma tarefa tão difícil, difícil mesmo é tentar tirar a ideia de que a sexualidade está ligada inteiramente a safadeza.

Alex Christilliano

RESUMO

Existem muitas pessoas falando sobre sexo e sexualidade, mas sem compreender o seu real significado, pois está além do caráter biológico, preventivo, psicológico e envolve também a filosofia, a história, a sociedade, a afetividade, a ética. Atualmente, a abordagem da sexualidade dentro das salas de aulas, é regulamentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, onde trata esta como um tema transversal. Os temas transversais diferem das disciplinas convencionais, versam sobre assuntos vividos de forma intensa pelas sociedades, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano, eles não são limitados a um componente curricular, portanto podem ser abordados em qualquer disciplina. Com base nesse problema, nos propomos a avaliar a transversalidade no uso de metodologias para a educação sexual em escolas públicas. Trata-se de um estudo descritivo transversal de campo por observação direta extensiva: questionário. Após consentimento dos professores pela assinatura do Termo de Consentimento Livre-Esclarecido (TCLE) foi aplicado o questionário. A coleta de dados foi realizada no período de maio a junho de 2019. O questionário é autoaplicado, básico, de informações referentes à sociodemografia, dados profissionais, perguntas sobre transversalidade, educação sexual, sexualidade e parâmetros curriculares nacionais. Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas no Excel 2016 *for windows*, transportados para o programa *GraphPad Prism 5.0* e *STATA 14.0* e analisados por meio da estatística descritiva, avaliando a distribuição de frequência para cada questão. Participaram do inquérito 30 professores de 6 escolas municipais de Pinheiro. Os resultados demonstram parcialidade de informação da transversalidade, educação sexual e sexualidade. Baixa capacitação e formação pedagógica dos professores grande parte possuem apenas o curso de graduação e atuam na área há mais de dez anos e alguns possuem alta carga horária semanal, que pode ocasionar um desgaste físico e uma exaustão emocional. Este estudo se mostra que investigar a sexualidade é um caminho complicado, carregado de preconceitos e conceitos repassado de forma errônea.

Palavras-chave: Professores. Transversalidade. Conhecimento. Sexualidade.

ABSTRACT

There are many people talking about sex and sexuality, but without understanding its real meaning, because it is beyond the biological, preventive, psychological character and also involves philosophy, history, society, affectivity, ethics. Currently, the approach to sexuality within the classrooms is regulated by the National Curriculum Parameters - PCNs, where it is treated as a transversal theme. Cross-cutting themes differ from conventional disciplines, they deal with subjects lived intensely by societies, communities, families, students and educators in their daily lives, they are not limited to a curricular component, so they can be approached in any discipline. Based on this problem, we propose to evaluate the transversality in the use of methodologies for sex education in public schools. This is a cross-sectional descriptive field study by extensive direct observation: a questionnaire. After the consent of the professors for the signing of the Informed Consent Term (TCLE), the questionnaire was applied. Data collection was carried out from May to June 2019. The questionnaire is self-administered, basic, information on sociodemography, professional data, questions about transversality, sexual education, sexuality and national curricular parameters. The collected data were organized in spreadsheets in Excel 2016 for windows, transported to the program GraphPad Prism 5.0 and STATA 14.0 and analyzed through descriptive statistics, evaluating the frequency distribution for each question. Thirty teachers from 6 municipal schools of Pinheiro participated in the survey. The results demonstrate information bias of transversality, sexual education and sexuality. Low training and pedagogical training of teachers largely have undergraduate courses and have been in the area for more than ten years and some have a high weekly workload, which can cause physical exhaustion and emotional exhaustion. This study shows that investigating the sexuality is a complicated path, loaded with prejudices and concepts passed erroneously.

Keywords: Teachers. Transversality. Knowledge. Sexuality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percentual do sexo, idade e raça dos professores.	24
Figura 2 - Percentual do estado civil e religião dos professores.	24
Figura 3 - Disciplinas lecionadas pelos professores.	26
Figura 4 - Percentual do nível de escolaridade dos professores.	27
Figura 5 - Respostas dos professores sobre a Síndrome de Burnout.	27
Figura 6 - Percentual de atividades de desenvolvimento profissional.	28
Figura 7 - Percentual das respostas sobre transversalidade e divisão em grupos.	28
Figura 8 - Percentual das respostas sobre sexualidade e divisão em grupos.	29
Figura 9 - Percentual de temas a serem abordados em aulas sobre educação sexual.	31
Figura 10 - Percentual do número de temas marcados pelos professores.	31
Figura 11 - Percentual de temas sobre educação sexual abordados na escola.	32
Figura 12 - Percentual de temas que já foram abordados na escola.	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização amostral dos aspectos profissionais dos professores que responderam ao questionário sobre transversalidade na educação sexual em Pinheiro - MA, 2019.	25
Tabela 2. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre transversalidade e educação sexual em Pinheiro - MA, 2019.	30
Tabela 3. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre sexualidade na escola em Pinheiro - MA, 2019.	33
Tabela 4. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre PCN e PSE na escola em Pinheiro - MA, 2019.	34

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DST	Doença Sexualmente Transmissível
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PSE	Programa de Saúde na Escola
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JUSTIFICATIVA	15
3	OBJETIVOS	16
3.1	Objetivo geral	16
3.2	Objetivos específicos	16
4	REFERENCIAL TEÓRICO	17
4.1	Breve histórico sobre a sexualidade e o sexo	17
4.2	A escola e a educação sexual	19
5	METODOLOGIA	22
5.1	Área de estudo	22
5.2	Tipo de estudo	22
5.3	Amostra	22
5.4	Coleta de dados	23
5.5	Dados do questionário	23
5.6	Aspectos éticos	23
5.7	Análise estatística	23
6	RESULTADOS	24
7	DISCUSSÃO	36
8	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	51
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	55
	ANEXO A - DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	58
	ANEXO B - NOME DAS ESCOLAS E O CÓDIGO DO INEP	59

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em educação sexual, tendencialmente, a maioria das pessoas pensam que será estudado o ato sexual propriamente dito. Como bem expõe Dabhoiwala (2013, p. 16) a relação sexual é uma “prática humana universal” a qual possui uma história, e a forma como a pensamos, a sua importância e o tratamento dado irá diferir de acordo como o período histórico e o lugar.

Existem muitas pessoas falando sobre sexo e sexualidade, mas sem compreender o seu real significado, pois está além do “caráter biológico, preventivo, psicológico” e envolve também “a filosofia, a história, a sociedade, a afetividade, a ética” (BONFIM, 2012, p. 16). Silva (2012, p. 223) define a sexualidade como algo pertencente ao nosso ser, sendo uma “uma construção pessoal marcada por regras sociais que vão sendo cumpridas desde cedo” e é o resultado das influências socioculturais que se “interagem e influenciam na dinâmica da expressão plural do comportamento”.

Para Castro, Abramovay e Silva (2004) a sexualidade não é apenas a capacidade de reprodução do ser humano, ela também envolve o prazer, e os fatores socioculturais são cruciais para sua conceituação, assim a sexualidade pelas autoras é definida como:

[...] uma das dimensões do ser humano que envolve, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos [...] Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. (p. 29).

A abordagem da sexualidade dentro das salas de aulas é regulamentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, no qual é observada como um tema transversal. Os temas transversais diferem das disciplinas convencionais, versam sobre assuntos vividos de forma intensa “pelas sociedades, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano”, eles não são limitados a um componente curricular, portanto podem ser abordados em qualquer disciplina. A integração e organização desses temas dentro do currículo escolar, relacionando questões do cotidiano do aluno com o conhecimento teórico, sem limitar-se a uma disciplina específica, chamamos de transversalidade (BRASIL, 1998, p. 17-30).

A transversalidade na educação sexual, ocorre quando “são feitas abordagens específicas dentro das diversas áreas do conhecimento, voltadas para a formação integral do homem”, assim as temáticas sobre a sexualidade, devem ser abordadas nos níveis escolares obrigatórios, articulando todos os componentes curriculares, objetivos e conteúdos (MAISTRO, 2009, p. 47).

Bonfim (2012, p. 35) afirma que, após os PCN, a escola não pode mais ignorar o desejo do aluno de saber sobre sexualidade, e a questão “médico -higienista-biologista” deve ser superada, pois acaba por limitar o tema apenas às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e aos métodos contraceptivos.

Posteriormente à inserção da sexualidade nos PCN, Sfair *et al.* (2015, p. 630) defendem que esse tema pode ser abordado de forma mais natural, destituindo-o de rigidez e próximo da realidade dos adolescentes, levando estes a pensarem sobre sua conduta e a respeitar “seu corpo, o do outro e a diversidade sexual”.

Sobre sexualidade, Maistro (2009, p. 41-42) comenta:

A sexualidade manifesta-se, diariamente, em circunstâncias aparentes ou não; por isso é necessário falar deste assunto como se fala de qualquer outro, apesar de conhecermos os limites e as possibilidades do âmbito escolar.

Para Carvalho (2009) a educação sexual na escola é um método, visando intervir pedagogicamente, sobre essa intervenção relata:

[...] que não deve ter por finalidade a formação de juízo de valores e a normalização das identidades sexuais e de gênero; nem sequer ser direcionado por um único entendimento, seja ele biológico, religioso ou subjetivo. Deve ser uma ação coletiva, transdisciplinar e problematizada a das representações e significados sociais sobre assuntos como a construção da corporeidade, a construção da identidade de gênero, famílias, masturbação, responsabilidades, relações sexuais, violência, tolerância, respeito, diversidade, papéis sociais de mulheres e homens, adolescência, comportamentos de riscos, DST, religiosidade (que é diferente de religião, no seu sentido institucional), valores, dignidade, respeito, etc. (p.5)

De acordo com Bonfim (2012, p. 96) é preciso também tratar sobre o tabu e preconceito da sociedade, pois assim haverá promoção do respeito “à liberdade de expressão”. Para obter uma educação sexual efetiva é necessário, além da sexualidade e do erotismo antecipado, falar sobre “a pedofilia, sobre a banalização da sexualidade, sobre a forma como os meios de comunicação criam mascaradamente modelos de ser e viver a sexualidade e a vida, muitas vezes de maneira banal, vulgar, mercantil”.

Para Safir *et al.* (2015, p. 631):

[...] A educação sexual deve fortalecer adolescentes e jovens, fomentando o sentimento de estima ao seu corpo, aos valores pelos quais opta, sensibilizando cada um para que sinta o mesmo em relação ao outro, mesmo quando este lhe seja díspar. É preciso desmistificar o tema e abordar não apenas os riscos do exercício da sexualidade, mas também o prazer, os sentimentos, o respeito e a responsabilidade envolvidos.

Vinte anos se passaram desde a divulgação dos PCN trazendo a sexualidade como uma questão a ser trabalhada pelos professores, esse pressuposto se mantém com a publicação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, onde diz ser de responsabilidade das esferas de

ensino e das escolas, introduzir temas atuais nos currículos escolares assim como no PCN e dessa forma a proposta da transversalidade é mantida.

De acordo com Figueiró (2009, p. 66), se a escola ou família não falam sobre sexo, o aluno passa a acreditar que é algo a não ser comentado e “não aceita com naturalidade”. Pinheiro *et al.* (2017) comentam ainda ser difícil para os professores falar sobre sexualidade e apontam a família, como principal responsável de conversar sobre o assunto, depois vem a escola, igreja, amigos e a mídia.

Apesar dos muitos métodos existentes para trabalhar os conteúdos sobre sexualidade, tais como os jogos lúdicos, músicas, filmes, dinâmicas de grupos, entre outras atividades facilitadoras do processo ensino-aprendizagem, a sexualidade ainda está limitada a questão biológica e preventiva do corpo acreditando “que este tipo de prática pedagógica inviabiliza uma visão relacional e, portanto, histórica, sobre o corpo e a construção da sexualidade” (MOLINA E SANTOS, 2018, p. 1150).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a transversalidade e o uso de metodologias para a educação sexual em escolas públicas do município de Pinheiro – MA, tendo a seguinte questão problematizadora: Quais as metodologias e temáticas sobre educação sexual os professores trabalham na sala de aula? Supõe-se que devido ao tabu e a não identificação com o tema, a educação sexual fica a cargo dos docentes de ciências e abordam apenas as DSTs, AIDS e gravidez na adolescência.

2 JUSTIFICATIVA

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE, realizada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em dados da Amostra I, onde teve como público-alvo, alunos de escolas públicas e privadas que frequentavam o 9º ano do Ensino Fundamental, aponta que 87,3% dos alunos disseram receber orientação sobre AIDS e DSTs e 79,2% sobre prevenção da gravidez, na escola; do quantitativo de 23.620 meninas, 1,1% destas engravidou ao menos uma vez (IBGE, 2016).

O IBGE estima que no Brasil a taxa de fecundidade total por mulher é de 1,7 nascimentos, relacionado as adolescentes entre 10 e 19 anos. Um relatório publicado por agências da Organização Mundial da Saúde – ONU diz que a cada cinco crianças nascidas Brasil, uma é de mãe nessa faixa etária. A taxa de fecundidade para adolescentes entre 15 e 19 anos, no Brasil, é de 62 nascimentos para cada 1.000 meninas, estando acima da taxa mundial, a qual é de 44 nascimentos (UNFPA, 2019).

Além da gravidez indesejada e precoce, os adolescentes também estão vulneráveis a violência sexual. Segundo dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, entre os anos de 2011 a 2017, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN registrou 184.524 casos de violência sexual e destas 45% eram contra adolescentes, destes a maioria é mulher e 58,2% dos casos ocorrem em casa (BRASIL, 2018).

O boletim define como violência sexual:

os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, que podem se manifestar das seguintes maneiras: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. [...] exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico [...] atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos (BRASIL, 2018, p. 3)

Diante desse cenário, que surgiu a inquietação de saber como os professores das escolas abordam tais temas e quais os métodos utilizados por eles, visto que os adolescentes são vulneráveis. Essas temáticas são englobadas pela educação sexual e tais situações podem interferir na vida escolar. Assim a pesquisa mostra-se importante, pois a partir do conhecimento dos métodos utilizados, poderá ser realizada intervenção que contribua na melhoria dos mesmos ou viabilize uma nova proposta de trabalho.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Analisar a transversalidade e quais metodologias aplicadas em educação sexual em escolas públicas.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar as metodologias utilizadas e os temas abordados pelos professores;
- Investigar a percepção dos professores sobre o tema.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Breve histórico sobre a sexualidade e o sexo

Segundo Picazio (1998, p. 14) “a sexualidade é tão antiga quanto a natureza humana”, assim como as maneiras de expressá-la. Ela faz parte de todo ser humano e é vivida por cada um à medida que o prazer se manifesta, e de acordo com Chauí (1984) o termo sexualidade existe a partir do século XIX.

Para Foucault (1988, p. 97) a sexualidade não deve ser retratada como um impulso indisciplinado, e ela se assemelha as densas “relações de poder, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos” e, nessas relações, ela não é a parte mais rígida, mas a que possui maior instrumentalidade.

De acordo com o momento histórico as questões ligadas à sexualidade e ao sexo, terão uma abordagem diferente, e o comportamento sexual de certa forma será influenciado pelas transformações sociais, econômicas, políticas entre outras, ocorridas atualmente e nos últimos séculos (ALMEIDA, 2009).

No século XVI a família existia como uma entidade política, as casas onde viviam não eram divididas, assim, pais, filhos e amas dormiam todos juntos, e compartilhavam os momentos íntimos, viam as trocas de roupa e os atos sexuais. As crianças de 5 anos estudavam juntos com os jovens de 20 anos, pois na escola as classes não eram separadas por idade e o ato sexual deveria ser praticado regularmente e sem exageros (CHAUÍ, 1984; PRIORE, 2011).

A definição de sexo passa a ser mais difícil no século XVII, pois nessa época surgiram as proibições, não se podia falar sobre sexo, este foi banido das coisas que eram ditas e extinguidas as palavras que remetessem ao termo. A sexualidade dos adultos e o casamento tiveram uma valorização específica, entretanto, o prazer decorrente do coito, era visto como causa de doenças contagiosas e perturbações mentais (FOUCAULT, 1988; PRIORE, 2011).

O sexo vira questão de polícia no século XVIII, de acordo com Foucault (1988, p. 27), não com o intuito de reprimir, mas com o objetivo de “regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”. Dabhoiwala (2013) diz que nesse século o prazer sexual era mais exaltado e de forma conjunta nos clubes destinados aos homens e relata ainda que:

A discussão pública sobre sexo era muito maior em escala e complexidade; não era mais controlada e restrita por uma elite clerical e social; e não mais comunicava, de forma esmagadora, a mensagem de que o sexo fora do casamento era perigoso e errado. (p. 537)

No final do século XVIII e início do século XIX a prostituição foi ganhando espaço, pois os bordéis comunicavam de forma aberta quais seus objetivos, e questões relacionadas a saúde e doenças sexualmente transmissíveis eram debatidas em público. Assim, a sexualidade no século XIX ficou dividida entre o sexo do casamento - considerado legítimo - e o sexo chamado de clandestino - prostituição e adultério (PRIORE, 2011; DABHOIWALA, 2013)

A ciência sexual, dividida em biologia da reprodução e medicina, se consolida no século XIX. Sexo agora é tratado como um caso clínico de saúde - quando os médicos tratavam as pacientes histéricas através da indução ao orgasmo, eles também prescreviam a quantidade de relações sexuais que um casal deveria ter, de acordo com a idade do esposo e para ter filhos com boa saúde. Cabia também ao médico explicar as regras e determinar qual seria a melhor posição sexual para a fecundação (CHAU, 1984; PRIORE, 2011).

Priore (2011) diz que do século XIX para o XX o tema debatido era sobre a esterilidade e os médicos consideravam um problema sério, pois está relacionado com a perpetuação da espécie e tal problema traz consequências para a sociedade e para a nação. Foucault (1988, p. 108) fala que nesse período “os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar”, contudo foi na metade do século XX onde a sexualidade e os direitos reprodutivos são vistos como algo positivo.

De acordo com Buglione (2002, p. 17) a visão positivista do sexo deve-se a aprovação do Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada em 1994 pela Organização das Nações Unidas - ONU, no Cairo, Egito. No Plano de Ação do Cairo questões relacionadas à saúde sexual, são tratadas de forma clara “pela primeira vez em um documento internacional de direitos humanos” e colocada na relação dos direitos a qual a população e programas de desenvolvimento devem proteger. Apesar da abordagem desses temas na conferência, Buglione (2002, p. 17) diz ainda que “a liberdade de expressão sexual e a orientação sexual” nunca foram reconhecidas como um direito humano, nem na Conferência do Cairo, nem em qualquer outra.

Segundo Priore (2011, p. 163) no presente século, fala-se abertamente sobre sexualidade, tornando-a pública. Devido aos métodos contraceptivos, o sexo não é mais destinado somente à reprodução, ele deixou de ser um assunto reprimido e “passou a um poderoso aliado do consumo e do hedonismo”, há uma ostentação e uma grande exposição desse tema através de redes sociais e da mídia e o exibicionismo é uma das motivações para seu uso. Apesar de toda a exposição sobre sexo, Bonfim (2012) diz que para algumas pessoas com grande conhecimento cultural ainda é difícil falar sobre sexualidade.

4.2 A escola e a educação sexual

Na prática docente os desafios são constantes, e continuamente os professores buscam formas de solucioná-los, entre esses desafios estão as questões relacionadas a sexualidade. Bonfim (2012), dentro das variadas formas de educação, considera a educação sexual a mais difícil, porque está envolve questões ligadas a família, moral, religião, além dos sentimentos e as experiências próprias de cada um.

Falar em sexualidade é difícil, pois segundo Picazio (1998) a conceituação não é fácil de ser compreendida mesmo que o significado seja entendido. A sociedade acaba por limitar a sexualidade ao simples ato sexual e o prazer nele envolvido, entretanto Bonfim (2012, p. 68) demonstrou existirem várias formas de sentir e proporcionar prazer, pois ele está presente em “momentos de alegria, de carinho, de atenção, de aprendizado”. Essa autora considera ainda que a “sexualidade é uma das dimensões mais belas do ser humano”.

Não se sabe exatamente quando a temática sobre sexualidade passou a ser abordada nas escolas, nem quando os professores começaram a preocupar-se com a educação sexual, mas no fim do século XIX houve uma retomada desse tema nas escolas para falar sobre doenças sexualmente transmissíveis e aborto. Em 1973, a França oficializou a educação sexual no currículo escolar, e desde 1928 essa temática é prevista nas escolas brasileiras, mas *a priori* era destinada apenas para alunos acima de 11 anos. (ARRUDA *et al.*, 2015; SAYÃO, 1997).

No ano de 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e em 1997 o Ministério da Educação – MEC apresentou os PCNs. Concernente à sexualidade, ela foi inserida como um tema transversal, a qual deveria ser abordada do 1º ao 4º ciclo do Ensino Fundamental. Nesse período não foi elaborado um PCN para o Ensino Médio, este só foi contemplado a partir do ano 2000 com uma reformulação no PCN do Ensino Fundamental e, conseqüentemente na elaboração do PCN do Ensino Médio, também trouxe a sexualidade como um tema transversal (FIGUEIRÓ, 1998; ZOMPERO *et al.*, 2018).

A educação sexual ou orientação sexual (este é o termo utilizado no PCN) é um tema transversal onde cada área deve tratar da temática da sexualidade através das próprias propostas de trabalho. Na justificativa do PCN do Ensino Fundamental, sobre o tema Orientação Sexual, relata que os profissionais da escola se habituaram a “ignorar, ocultar ou reprimir” as expressões da sexualidade, as quais surgem em todas as idades, com base no conceito de caber apenas a família tratar desse assunto (BRASIL, 1998, p. 291).

Os PCNs comparam a sexualidade com a inteligência, pois estas são “construídas a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura”(BRASIL, 1998,

p. 296). Esse documento ainda afirma que a busca do prazer e as curiosidades sobre sexualidade, expressas pelas crianças e adolescentes, decorrente do processo de desenvolvimento, devem ser reconhecidas como algo autêntico e permitido pelos professores.

Diante disso, para o terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental, correspondente atualmente às séries do 5º ao 9º ano, o PCN sobre temas transversais está dividido em três eixos, sendo eles: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de Gênero e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. Partindo dessa divisão o processo de aprendizado deve ser organizado de uma maneira a permitir que o estudante no término do ensino fundamental seja capaz de:

Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos; reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro; reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids; conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 1998, p. 311-312).

Atualmente, com o objetivo de unificar o currículo escolar de todo o país, foi publicado em 2017, a Base Nacional Comum Curricular- BNCC e assim como no PCN ela aborda os temas de relevância social, também de forma transversal. Eles devem ser abordados levando em consideração a realidade de cada escola, cabendo assim aos sistemas de ensino fazer tais adequações, porém, na BNCC esses temas são chamados de integradores, são eles:

Direitos da criança e do adolescente [...], educação para o trânsito [...], educação ambiental [...], educação alimentar e nutricional [...], processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso [...], educação em direitos humanos [...], educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena [...] como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. (BRASIL, 2017, p.19 - 20).

Na BNCC é apresentado, como a Educação Básica deve ser estruturada e, as 10 (dez) competências gerais, que devem ser desenvolvidas ao longo das três etapas do ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio). Relacionado ao Ensino Fundamental, ele está organizado em cinco áreas de conhecimento, cada área deve definir suas competências

específicas, e aquelas que possuem mais de um componente curricular, também deverá estabelecer competências específicas para estes. As competências podem ser definidas como a união de “conhecimentos [...], habilidades [...], atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho ”. Para que tais competências sejam desenvolvidas, esses componentes curriculares, estão ordenados em unidades temática, objetos de conhecimento e habilidades (BRASIL, 2017, p. 8).

Referente à sexualidade dentro da BNCC, Zompero *et al.* (2018) diz haver um destaque nas questões biológicas, envolvendo reprodução e doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, e considera que a BNCC deveria fazer uma abordagem específica dentro dos objetos de conhecimento e habilidades.

Entretanto, podemos observar que, nas competências gerais da Educação Básica, algumas possibilitam trabalhar temas voltados para a sexualidade, pois permitem abordar, além do cuidado ao corpo, a saúde emocional e o respeito a diversidade, são elas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...] 8. **Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional**, compreendendo-se na diversidade humana e **reconhecendo suas emoções e as dos outros**, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. [...] 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, **fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos**, com acolhimento e **valorização da diversidade** de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos de qualquer natureza** [...] (BRASIL, 2017, p.9, grifo nosso).

Algumas das competências específicas definidas para as áreas de conhecimentos, também permitem tal abordagem, como a competência 7 (sete) da área da Matemática e a 4 (quatro) do Ensino Religioso:

[...] 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, **questões de urgência social**, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza [...] 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver [...] (BRASIL, 2017, p. 267 e 437, grifo nosso).

Diante do exposto, podemos dizer que a BNCC permite ao professor trabalhar temas sobre a sexualidade, através das competências gerais, das específicas de áreas de conhecimento e componente curricular e com os temas integradores. Concernente aos temas integradores, a Educação em Direitos Humanos e Diversidade Cultural, possibilitam trabalhar dentro da escola questões relacionadas a sexualidade.

5 METODOLOGIA

5.1 Área de estudo

A cidade de Pinheiro, localizada no estado do Maranhão, de acordo com dados do IBGE, possui uma área territorial de 1.512,966 km² e em 2018 uma população estimada de 82.990 habitantes. O Censo Educacional de 2018 aponta que o município possui 13.937 matrículas no Ensino Fundamental, distribuídas em 133 escolas, sendo 124 públicas municipais e 8 particulares; das escolas públicas apenas 35 possuem os anos finais (6º ao 9º ano) e estas têm um total de 5.699 matrículas e 528 professores (INEP, 2019).

5.2 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal, com a aplicação de questionários para avaliar a percepção dos professores da rede municipal sobre a da educação sexual e transversalidade desse tema.

5.3 Amostra

O público-alvo foi composto por professores da rede municipal, de ambos os sexos, ativos e atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) pertencente a 6 escolas do município de Pinheiro - MA.

A seleção das escolas ocorreu logo após aprovação da Secretaria Municipal de Educação através da Declaração de Autorização da Pesquisa (ANEXO A), que também disponibilizou uma relação com o nome das escolas e o código do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) (ANEXO B).

A amostra foi por conveniência mediante convite para os professores participarem da pesquisa. No final obteve-se 30 professores participantes da pesquisa.

Foram critérios de inclusão: ser professor dos anos finais do Ensino Fundamental de qualquer disciplina, do sexo masculino e feminino, pertencer a rede municipal, estar presente no ato da entrega do questionário e ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5.4 Coleta de dados

Após o consentimento do secretário de Educação, a coleta foi realizada no período de maio a junho de 2019, pela pesquisadora principal (orientadora) e pela estudante Nayane Pinheiro. Foi utilizado um questionário autoaplicado aos professores com perguntas quantitativas e qualitativas referentes aos aspectos sociodemográficos, dados profissionais, abordagem da educação sexual nas escolas, transversalidade e conhecimento sobre documentos oficiais voltados para a educação sexual.

5.5 Dados do questionário

O questionário aplicado foi elaborado pela pesquisadora e pela estudante com base na literatura científica e, antes de ser aplicado, foi realizado um piloto com 6 professores para os devidos ajustes. As perguntas foram de múltipla escolha e discursivas, divididas em Módulos, onde buscou-se informações sobre a faixa etária, etnia, nível de escolaridade, religião, dados profissionais (carga horária de trabalho, disciplina lecionada, tempo de trabalho entre outros).

5.6 Aspectos éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA), parecer número: 1.804.510/2019.

5.7 Análise estatística

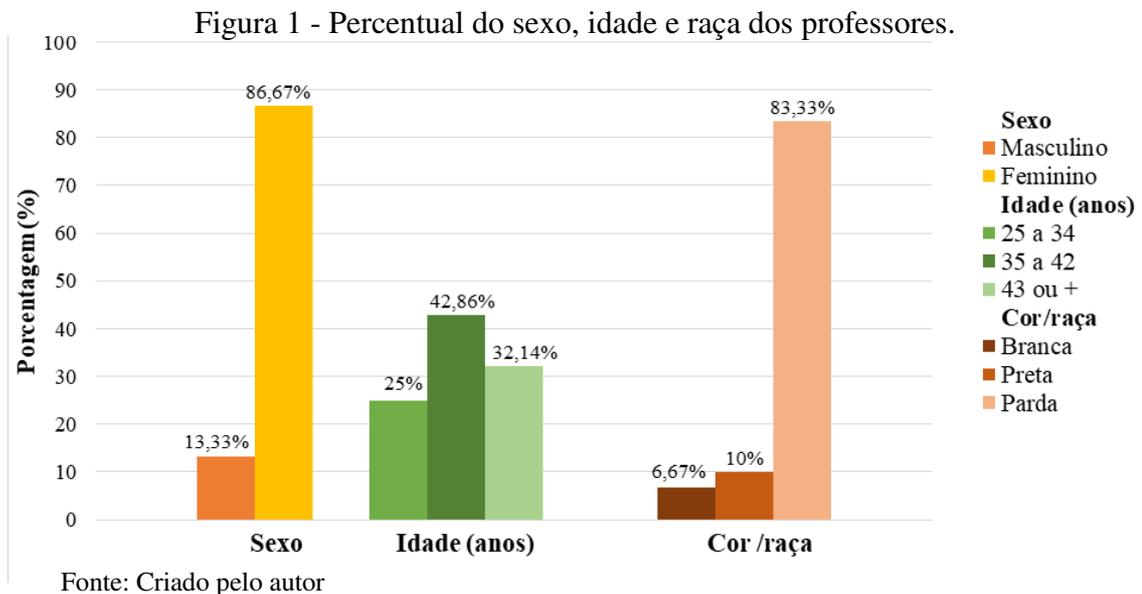
Foram feitas análises descritivas, verificando a distribuição dos casos em cada variável. Os dados foram analisados aplicando a estatística adequada para apresentação dos resultados, onde estes ficarão disponíveis para a secretaria de saúde do município.

Os dados obtidos foram digitados em planilha do Microsoft Office Excel 2016® e análise estatística mediante distribuição de frequência realizada no programa estatístico Stata versão 14.0 (StataCorp LP, College Station, Estados Unidos) e programa GraphPad Prism 5.0.

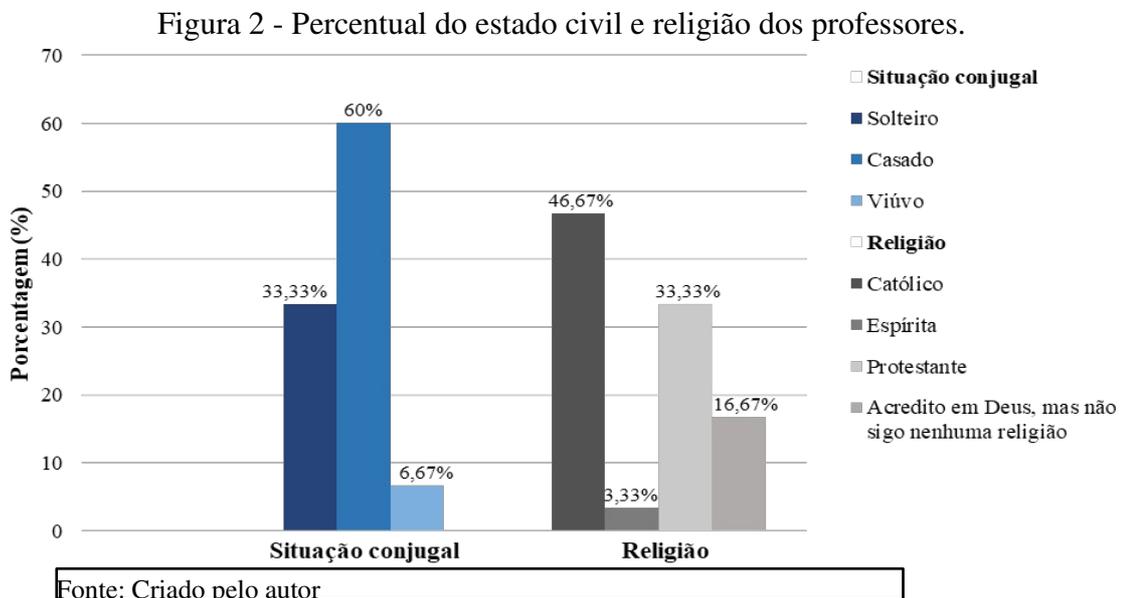
6 RESULTADOS

Módulo A

Nas seis escolas selecionadas obtivemos um resultado de 30 questionários aplicados aos professores. Esta amostra é composta por 86,67 % professores do sexo feminino e 13,33% do sexo masculino, com idade média de $40,64 \pm 7,96$ anos, a maioria (42,86%) tinha idade entre 35 e 42 anos e relacionado à raça, 83,33% se declararam de cor parda, 10% preta e 6,67% branca (Figura 1).



Quanto ao estado civil, 60% se declararam casados/vivem com companheiro e 33,33% solteiros. Segundo a religião que praticam, 46,67% é católica, 33,33% protestante e 16,67% acreditam em Deus, mas não seguem nenhuma religião (Figura 2).



Módulo B

Neste módulo foi abordado questões sobre dados profissionais, assim, quanto a carga horária de trabalho semanal: 80% fazem jornada de 13 a 20 horas e 20% de 25 a 60 horas e em relação ao turno de trabalho, 54,05% trabalham pela tarde e 43,24% pela manhã. O percentual de 86,67% declarou não exercer outra função além da carreira docente e 76,67% trabalham só em uma escola (Tabela 1).

Sobre em quais níveis de escolaridade onde já lecionaram, 38,98% ensinaram nos Anos Iniciais e 15,25% no Ensino Médio e, no ano de 2019, 6,25% leciona no Ensino Médio. Em relação a quantos anos trabalham como professor, 36,67% responderam entre 11-15 anos e 20% exercem a profissão há mais de 20 anos. Na questão sobre as escolas possuem um planejamento anual e se as disciplinas possuem um plano de ensino, 90% responderam sim para ambas perguntas e, sobre a frequência das reuniões pedagógicas, 36,67% responderam que são trimestrais e 3,33% que são semanais (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização amostral dos aspectos profissionais dos professores que responderam ao questionário sobre transversalidade na educação sexual em Pinheiro - MA, 2019

Variável/Categorias	n	%
Turnos de trabalho		
Manhã	16	43,24
Tarde	20	54,05
Noite	1	2,70
Total	37	100
Carga horária semanal		
13 a 20 horas	24	80
25 a 60 horas	6	20
Total	30	100
Exerce outra função além de docente		
Sim	4	13,33
Não	26	86,67
Total	30	100
Níveis escolares que já lecionou?		
Séries Iniciais (1º ao 5º ano)	23	38,98
Séries Finais (6º ao 9º ano)	27	45,76
Ensino Médio	9	15,25
Total	59	100
Possui Plano de ensino?		
Sim	27	90
Não	3	10
Total	30	100

Continuação...

Acontece o planejamento escolar?

Sim	27	90
Não	3	10
Total	30	100

Frequência reunião planejamento

1 vez na semana	1	3,33
1 vez ao mês	9	30
Trimestral (3 em 3 meses)	11	36,67
Quando solicitado pela escola	9	30
Total	30	100

Você trabalha em outra escola?

Sim	7	23,33
Não	23	76,67
Total	30	100

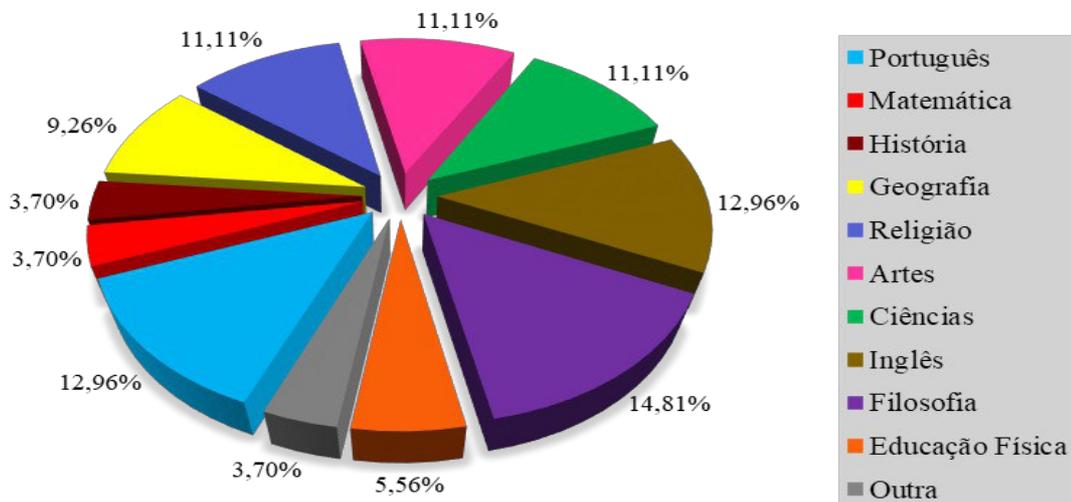
Quantos tempo você leciona?

3-5 anos	3	10
6-10 anos	4	13,33
11-15 anos	11	36,67
16-20 anos	6	20
Há mais de 20 anos	6	20
Total	30	100

Fonte: Criado pelo autor

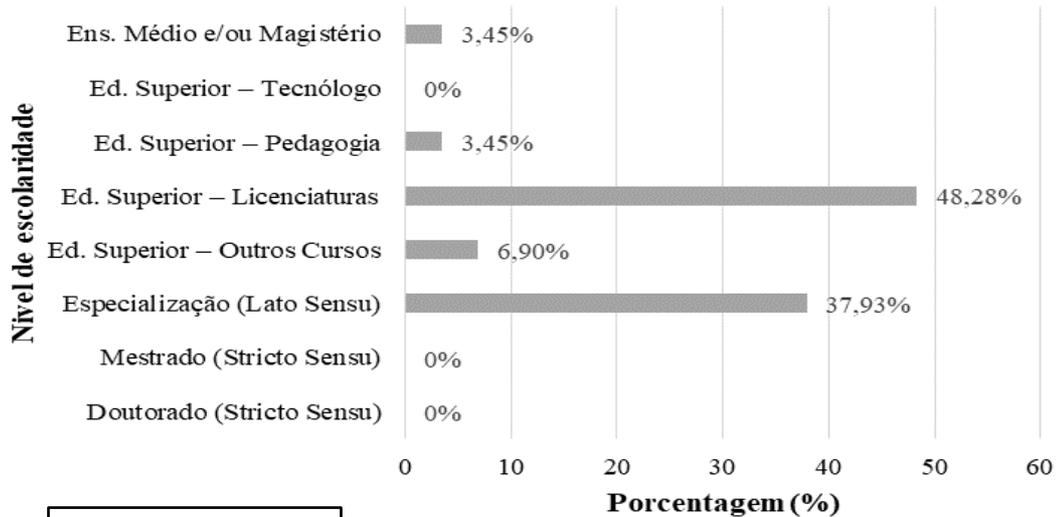
Em relação às disciplinas lecionadas pelos entrevistados, 14,81% ensinam Filosofia, 11,11% Ciências e 3,70% Matemática (Figura 3). Quanto ao nível de escolaridade mais elevado, 48,28% possuem licenciatura e 3,45% Ensino Médio e/ou Magistério (Figura 4).

Figura 3 - Disciplinas lecionadas pelos professores.



Fonte: Criado pelo autor

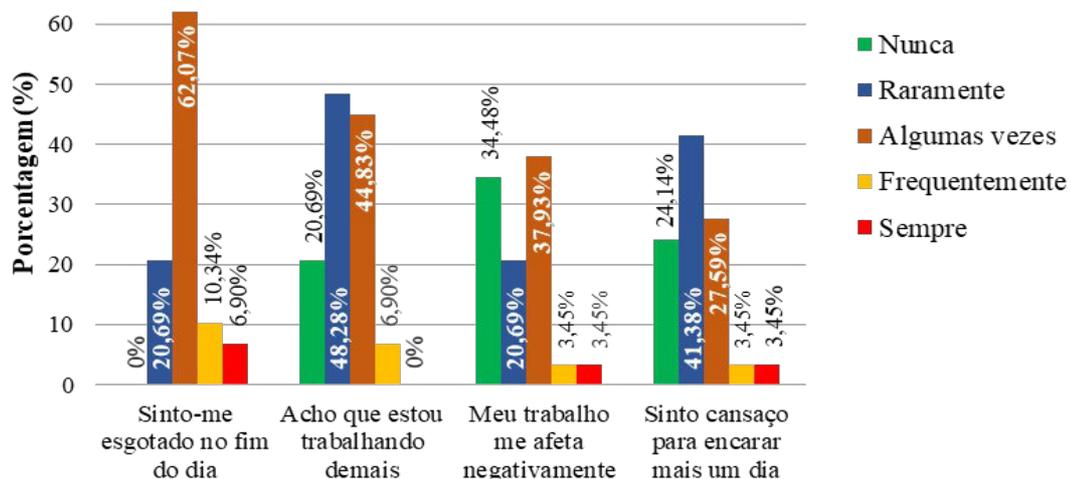
Figura 4 - Percentual do nível de escolaridade dos professores.



Fonte: Criado pelo autor

Realizou-se perguntas a respeito de estresse e sinais da Síndrome de Burnout¹ para os professores. O resultado obtido foi: 62,07% responderam que algumas vezes se sentem esgotados no fim de um dia de trabalho, sobre se sentiam estarem trabalhando demais, 48,28% disseram raramente e 44,83% responderam algumas vezes e, para 37,93% o trabalho algumas vezes afeta negativamente o seu bem-estar psicológico, 41,38% raramente sentem cansaço só em pensar em ter que encarar mais um dia de trabalho e 3,45% responderam sempre sentirem-se cansados (Figura 5).

Figura 5 - Respostas dos professores sobre a Síndrome de Burnout.

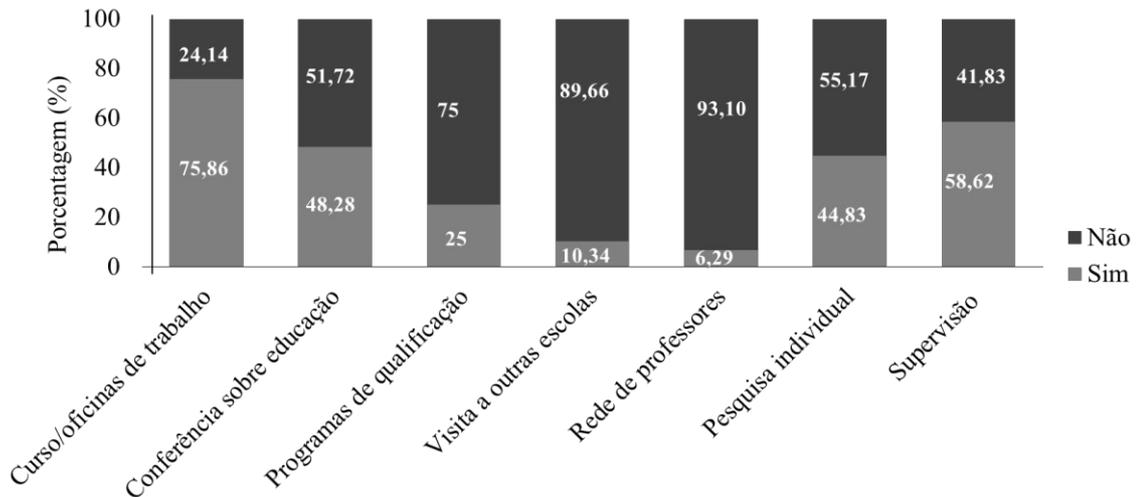


Fonte: Criado pelo autor

¹ “Também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional é um estado físico, emocional e mental de exaustão extrema, resultado do acúmulo excessivo em situações de trabalho que são emocionalmente exigentes e/ou estressantes, que demandam muita competitividade ou responsabilidade, especialmente nas áreas de educação e saúde” (BRASIL,2019).

Questionou-se aos professores se nos últimos 18 meses participaram de alguma atividade para o desenvolvimento/aperfeiçoamento profissional: 75,86% participaram de cursos ou oficinas, 48,28% de conferências ou seminários e 25% de programas de qualificação, e não foi pedido aos professores a especificação das temáticas desses eventos (Figura 1).

Figura 6 - Percentual de atividades de desenvolvimento profissional.

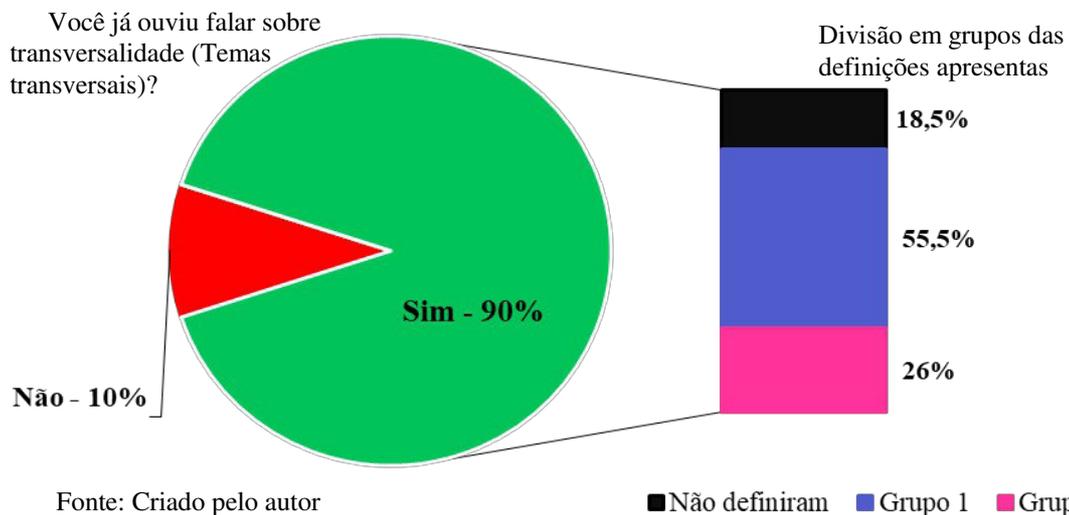


Fonte: Criado pelo autor

Módulo C

Para a temática central de investigação desta pesquisa, explorou-se por meio de perguntas sobre a educação sexual nas escolas e transversalidade. Ao perguntarmos se já ouviram falar de transversalidade e/ou temas transversais, 90% responderam SIM, logo em seguida pedimos para definir o que é transversalidade, mas 18,5 % não definiram. Quanto as definições apresentadas, após a coleta dos questionários, classificamos em dois grupos: mais próximo do conceito do PCN (Grupo 1) e os mais divergentes (Grupo 2) (Figura 7).

Figura 7- Percentual das respostas sobre transversalidade e divisão em grupos.



Fonte: Criado pelo autor

■ Não definiram ■ Grupo 1 ■ Grupo 2

Diante do exposto, elegemos duas respostas para representar cada grupo, ressaltamos que a identidade dos professores foi mantida em sigilo e para a identificação, nos trechos das entrevistas, os participantes receberam a denominação “D”, correspondente à “docente”, seguido de numeração de 1 a 30. Assim, para a pergunta “O que é transversalidade?”, segue abaixo as respostas escolhidas:

❖ GRUPO 1

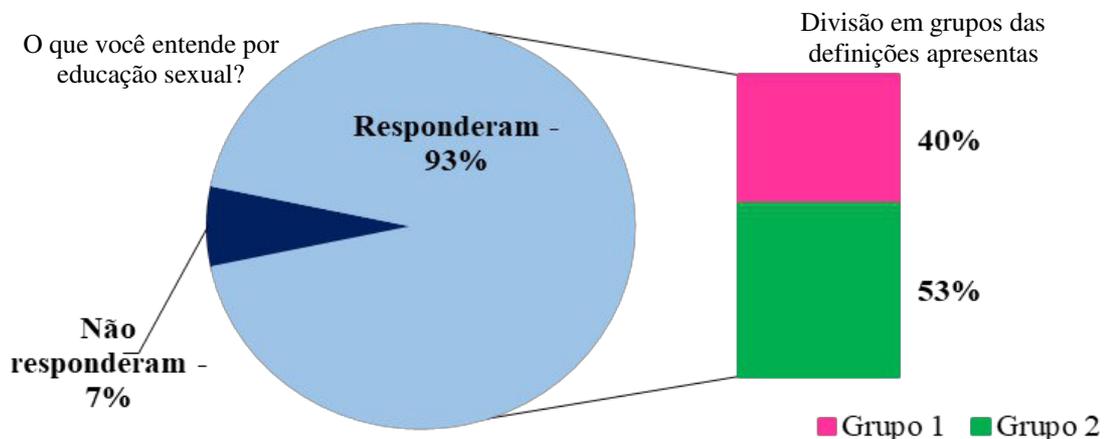
- “É a relação que há entre diversas disciplinas abordando o mesmo assunto”. (D3)
- “São assuntos que não estão/são discutidos em uma disciplina específica e que necessitam ser abordados em sala de aula devido a sua importância para a sociedade como um todo”. (D10)

❖ GRUPO 2

- “São trabalhar várias disciplinas em uma só. Ex: posso trabalhar Língua portuguesa em Matemática”. (D14)
- “É tudo aquilo que aprendemos e conhecemos sobre a realidade e suas transformações”. (D15)

Outra pergunta abordou o que os entrevistados entendiam por educação sexual, um tópico dentro da transversalidade, 7% não responderam ao questionamento e os 93% que responderam, também classificamos em dois grupos: os que consideraram a amplitude do tema (Grupo 1) e apenas o caráter biológico (Grupo 2) (Figura 8), e abaixo algumas respostas selecionadas:

Figura 8 - Percentual das respostas sobre sexualidade e divisão em grupos.



Fonte: Criado pelo autor

❖ **GRUPO 1**

- “Trata-se de um esclarecimento acerca de informação relacionadas a sexo e sexualidade, temas estes que vem carregados de tabus e informações deturpadas quando não são bem orientadas por profissionais capacitados ou bem esclarecidos”. (D19)
- “É uma reunião de temas e métodos que buscam levar o aluno a entender a sexualidade humana”. (D26)

❖ **GRUPO 2**

- “Algo que oriente os alunos sobre a formação e o desenvolvimento de seu corpo”. (D14)
- “É o ensino sobre anatomia dos sistemas genitais; sobre a importância do sexo, os cuidados sobre o corpo, a prevenção de DST e gravidez indesejada”. (D28)

Indagou-se também qual seria a fase apropriada para iniciar assuntos sobre educação sexual: 68,97% dos professores consideram ser a adolescência (12 a 18 anos). Sobre quem deveria falar sobre educação sexual com crianças/adolescentes, 61,70% dos entrevistados disseram ser responsabilidade da escola e dos pais, 25,53% consideram os funcionários da saúde e 12,76% apontaram a igreja, internet e programas de televisão (Tabela 2).

A respeito de haver alguma disciplina específica para falar sobre sexualidade, 86,67% responderam NÃO e 13,33% responderam SIM e além disso, 70% dos professores responderam que abordam temas sobre sexualidade em suas disciplinas, sendo a AIDS/DST e gravidez na adolescência os temas mais citados (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre transversalidade e educação sexual em Pinheiro - MA, 2019

Variável/Categorias	n	%
Qual a fase apropriada para início da educação sexual na escola?		
Crianças	9	31,03
Adolescentes	20	68,97
Total	29	100
Quem deve falar sobre educação sexual com crianças/adolescentes?		
Os pais	29	30,85
A escola	29	30,85
A igreja	9	9,57
A internet	1	1,06
Programas de televisão	2	2,13
Funcionários da saúde	24	25,53
Total	94	100

Continuação...

Existe disciplina específica para educação sexual?

Não	26	86,67
Sim	4	13,33
Total	30	100

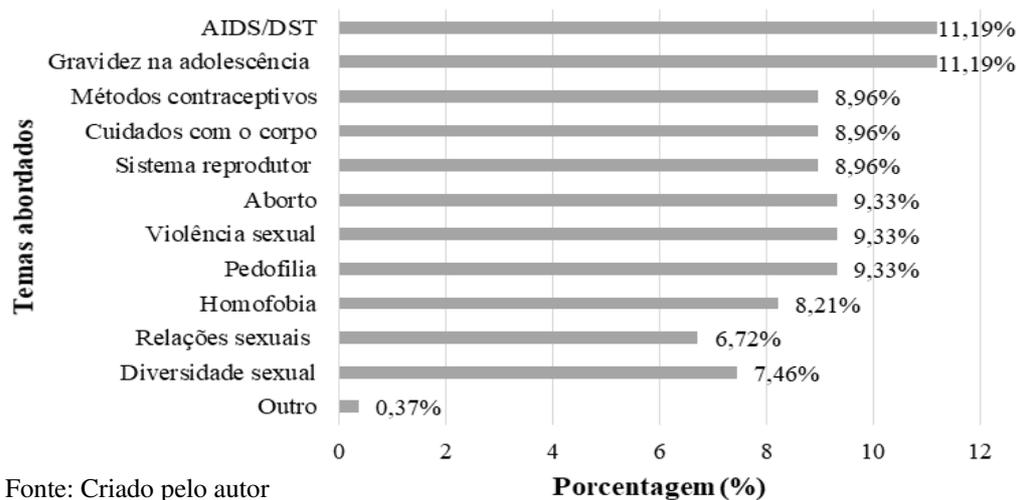
Você aborda educação sexual na sua disciplina?

Sim	21	70
Não	9	30
Total	30	100

Fonte: Criado pelo autor

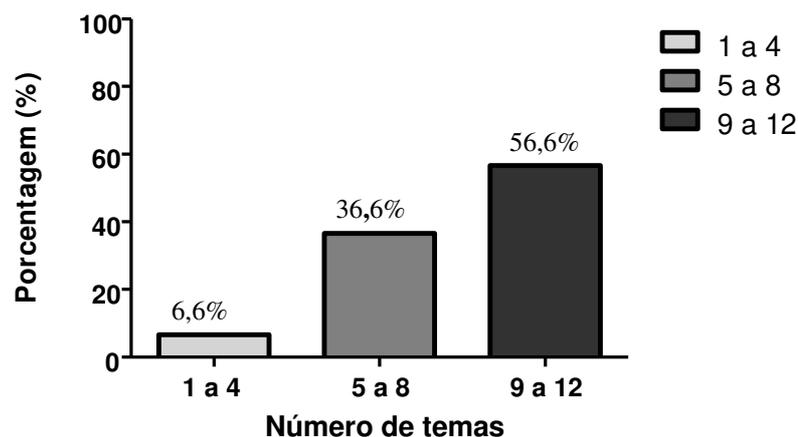
Sobre quais temas devem ser abordados em uma aula sobre educação sexual, 11,19% apontaram a AIDS/DST e gravidez na adolescência, 6,72% relações sexuais e 7,46% diversidade sexual (Figura 9).

Figura 9 - Percentual de temas a serem abordados em aulas sobre educação sexual.



Interessante notar os dados sobre a quantidade de temas que os professores selecionaram: a maioria 56,6% inclui 9 a 12 temas a serem abordados em sala de aula (Figura 10).

Figura 10 - Percentual do número de temas marcados pelos professores.



Módulo D

Em relação ao desenvolvimento de projeto interdisciplinar abordando a sexualidade, 70% disseram que a escola não possui projeto específico, mas o tema, para 35,14%, é trabalhado em forma de palestras e 28,38% em roda de conversa e debates, e 89,66% dos professores disseram sentir-se à vontade para falar sobre sexualidade com seus alunos (Tabela 3), sendo a gravidez na adolescência (15,34%), AIDS/DST (13,50%) e métodos contraceptivos (11,66%) as temáticas mais abordadas (Figura 11). Quando quantificamos o número de temas que já foram abordados pela na escola, 43,3% abordaram 1 a 4 temas das opções propostas no questionário (Figura 12).

Figura 11 - Percentual de temas sobre educação sexual abordados na escola.

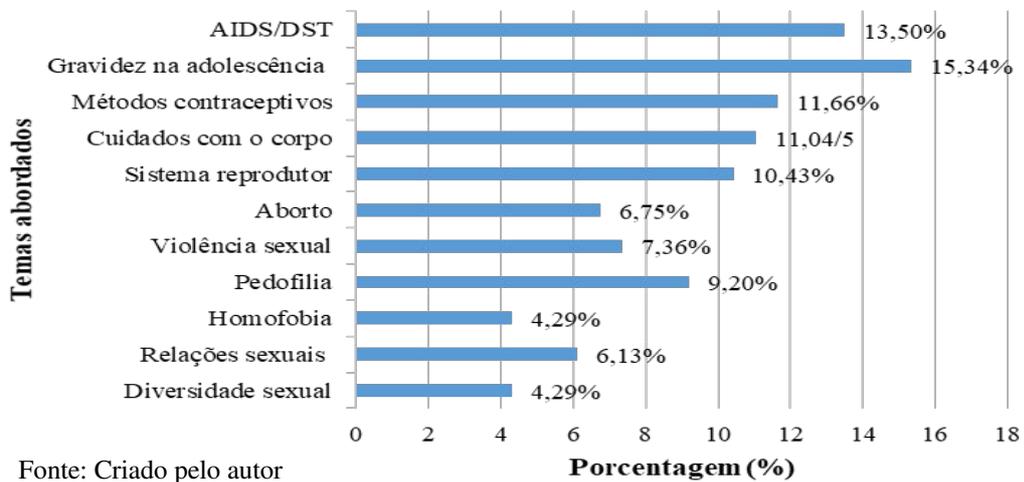
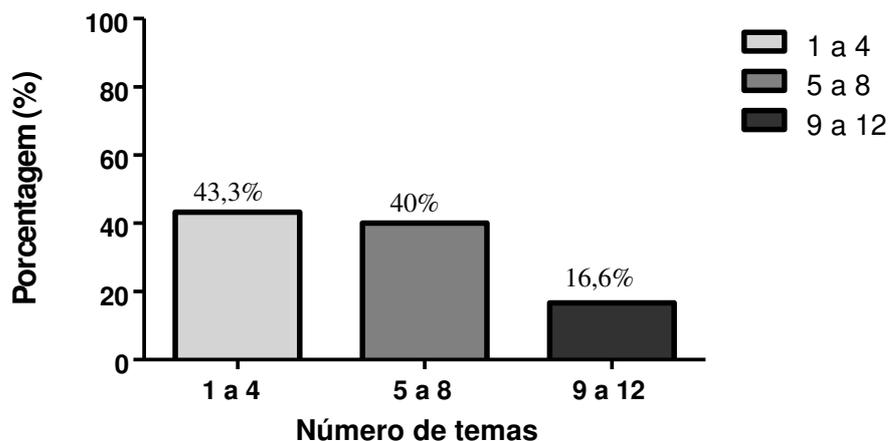


Figura 12 - Percentual de temas que já foram abordados na escola.



Indagados sobre a parceria entre as escolas e equipes de saúde, 23,33% responderam não haver parceria e 76,67% responderam que há parceria. Sobre as ações desenvolvidas por essas equipes, 20,51% são de avaliação de saúde e higiene bucal, 16,67% de atualização e

controle do calendário vacinal, 16,67% de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva e 3,85% de avaliação clínica (Tabela 3).

Questionou-se a frequência dessas visitas e 60% disseram ocorrerem quando solicitado pela escola, 76,67% afirmam que tais visitas não prejudicam o planejamento de aula e 96,67% consideram importante haver parceria entre educação e saúde (Tabela 3).

Tabela 3. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre sexualidade na escola em Pinheiro - MA, 2019

Variável/Categorias	n	%
Existe algum projeto interdisciplinar para abordar sexualidade?		
Sim	9	30
Não	21	70
Total	30	100
Como é trabalhado a sexualidade?		
Aulas formais	16	21,62
Palestras	26	35,14
Oficinas	1	1,35
Expressões artísticas (teatro, poema, dança, música)	6	8,11
Roda de conversa e debates	21	28,38
Jogos e dinâmicas	2	2,70
Não é trabalhado esse tema	2	2,70
Total	74	100
Você se sente à vontade para falar sobre sexualidade com os alunos?		
Sim	26	89,66
Não	3	10,34
Total	29	100
Existem ações em parceria escola e equipes de saúde?		
Sim	23	76,67
Não	7	23,33
Total	30	100
Qual a frequência da visita dessa equipe de saúde?		
1 vez ao ano	3	10
1 vez ao mês	1	3,33
Quando solicitado pela escola	18	60
Não sei	1	3,33
Ignorado	7	23,33
Total	30	100
Quais ações essa equipe realiza?		
Avaliação clínica	3	3,85
Avaliação nutricional	1	1,28
Avaliação oftalmológica	1	1,28
Avaliação Saúde e higiene bucal	16	20,51

Continuação...

Atualização e controle do calendário vacinal	13	16,67
Prevenção redução do consumo do álcool	2	2,56
Prevenção do uso de drogas	13	16,67
Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva	13	16,67
Controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer	1	1,28
Violência/ Bullying	13	16,67
Atividade física e saúde	1	1,28
Outro	1	1,28
Total	78	100
Há prejuízo de suas atividades por causa dessas ações?		
Não	23	76,67
Ignorado	7	23,33
Total	30	100
Você acha importante essa parceria (escola e saúde)?		
Sim	29	96,67
Ignorado	1	3,33
Total	30	100

Fonte: Criado pelo autor

Módulo E

Em relação ao conhecimento dos PCN e PSE (Programa de Saúde na Escola), 48,28% consideraram o conhecimento satisfatório e 20,69% insatisfatório. As respostas sobre o quanto a transversalidade da educação sexual é considerada no planejamento da disciplina, 48,28% responderam SIM e 51,72% disseram NÃO (Tabela 4).

Tabela 4. Caracterização amostral do conhecimento dos professores sobre PCN e PSE na escola em Pinheiro - MA, 2019

Variável/Categorias	n	%
Como você considera seu conhecimento sobre PCN e PSE?		
Muito Satisfatório	2	6,90
Satisfatório	14	48,28
Nem Satisfatório/Nem Insatisfatório	7	24,17
Insatisfatório	6	20,69
Total	29	100
Seu plano de ensino considera a transversalidade da educação sexual?		
Sim	15	51,72
Não	14	48,28
Total	29	100

Fonte: Criado pelo autor

Quando foi questionado se a educação sexual deveria ser um tema abordado nas escolas, 100% dos professores responderam SIM (dados não mostrados). Seguem alguns dos motivos, que levaram a unanimidade nesta questão:

- “[...] o ser humano tem necessidade de aquisição de conhecimento em todas as áreas de sua vida”. (D8)
- “[...] faz parte da vida e do desenvolvimento humano e a escola tem a função de formar um cidadão esclarecido em todos os aspectos”. (D12)
- “Porque é um local apropriado para esse assunto”. (D13)
- “[...] é uma maneira eficaz para a prevenção e esclarecimento sobre o assunto, pois muitas vezes a família não toca nesse assunto”. (D21)
- “O aluno tem que ser formado em todas as dimensões e a sexualidade representa uma delas”. (D26)
- “[...] na escola os alunos aprendem muitos assuntos relacionados a esse tema, que em casa, junto dos pais eles não se sentem à vontade para perguntar, pois muitas vezes os pais também não têm esse conhecimento”. (D28)
- “[...] a escola é um ambiente não somente para ensinar o conteúdo programático, mas para ajudar na formação do caráter da criança e/ou adolescente e orientá-lo a proceder nas diversas áreas da sua vida enquanto cidadão”. (D30)

7 DISCUSSÃO

No projeto original a transversalidade da educação sexual seria abordada entre alunos e professores, porém a aplicação de questionários com os alunos foi inviabilizada devido à resistência dos pais em conceder que seus filhos respondessem aos questionários, pois estes não assinaram o TCLE. Acredita-se que tal decisão ocorreu pelo fato de o tema abordado ainda gerar certo constrangimento, ser considerado tabu, e também por desconhecerem a profundidade e a importância da temática.

Diante dessa situação, optou-se pela aplicação dos questionários apenas com os professores, de ambos os sexos, da rede pública municipal, a maioria destes eram do sexo feminino (86,67%). Essa alta representatividade deve-se às questões sociais, que ainda atribuem à mulher a responsabilidade em cuidar de crianças, e os homens ingressantes nessa profissão muitas vezes sofrem preconceito, porque o magistério é visto como tipicamente feminino. Além disso existe a questão salarial, pois o homem ainda é visto como provedor da família e a profissão de professor da Educação Básica não possui um salário atrativo. (PRÁ; CEGATTI, 2016; RABELO, 2013).

Nas disciplinas lecionadas pelos entrevistados, a maior expressividade foi a de Filosofia com 14,81%, apesar da participação de representantes de outros componentes curriculares do Ensino Fundamental e observou-se que a maioria dos docentes lecionam mais de uma disciplina, alguns lecionam até três. Assim, temos uma média de mais ou menos duas disciplinas por professor.

O planejamento por disciplina nas escolas é realizado por 90% dos docentes. Essa ferramenta é de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem, como explanado por Santos e Perin (2013) porque através dela o processo avaliativo torna-se eficaz e conseqüentemente o levará ao desenvolvimento do estudante. Entretanto para isso acontecer, o professor deve conhecer a realidade a qual seu aluno está inserido e ter conhecimento e domínio dos elementos, recursos e conteúdos próprios da disciplina lecionada.

Esse quantitativo referente ao planejamento pode ser resultado, além do explanado anteriormente, do tempo de serviço desses docentes, pois 36,67% exercem a profissão ente 11-15 anos, que é um período bem adequado para adquirir experiência, reconhecer a importância da ação de planejar e considerar a realidade do aluno. Entretanto, para Barrere e Sembel (2002) o tempo de docência em sala de aula parece refletir na boa qualidade por algum tempo e logo em seguida parece percorrer uma linha declinante.

Referente ao grau máximo de formação educacional desses docentes, 37,93% possuem Especialização. Nenhum dos entrevistados possui Mestrado ou Doutorado. Isso reforça os dados coletados no Censo Escolar de 2018 e disponibilizado pelo INEP (2019), onde apontam que no município de Pinheiro - MA, dos professores ativos, apenas dois possuem Mestrado e nenhum tem Doutorado. Uma situação preocupante foi expressa quando um baixo quantitativo de docentes (25%) revelou que participou de algum programa de qualificação profissional nos últimos 18 meses.

Segundo Aleixo (2014), qualificar um docente ainda é um desafio e isso requer atenção do poder público e para Veiga, Leite e Duarte (2005) essa qualificação contribui para a qualidade do ensino. A quantidade de docentes em sala de aula com Mestrado ou Doutorado pode estar relacionado ao plano de cargos e carreiras, ao salário, ou ainda, quando este possui tal qualificação, acaba por deixar a sala de aula para assumir outras funções (gestores de instituições, cargos em secretarias públicas, docência no Ensino Superior dentre outros).

Sobre a participação em cursos ou oficinas voltadas para a disciplina ou métodos, obteve-se bons resultados: 75,86% desses afirmam sua participação nos últimos 18 meses. Em contrapartida, a participação em conferências ou seminários voltados para a Educação, foi relatada apenas por 48,28% dos docentes. Isso ocorre provavelmente devido à pouca ocorrência de eventos desse tipo no município e, quando ocorrem, muitos não participam pela alegação de “falta de tempo”, devido a carga horária de trabalho. É necessário implementar estratégias que apoiem esforços institucionais voltados para a capacitação e qualificação dos docentes, visando o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas universidades (SANTO; COSTA, 2015).

Vários estudos ressaltam a necessidade de capacitação docente para lidar com temáticas relacionadas à sexualidade, para que os professores e demais profissionais não tenham atitudes discriminatórias (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; MADUREIRA; BRANCO, 2015). Ademais, a temática da transversalidade implica a necessidade de o professor dominar, além dos conteúdos específicos de sua área, o conhecimento em relação às manifestações diversas relativas à sexualidade no ambiente escolar (PALMA *et al.*, 2015). No entanto, essa habilidade pedagógica não é desenvolvida ao longo da graduação nem da profissionalização, uma vez que os cursos de capacitação são raros e comumente não são incentivados pelas instituições corroborando com os dados da pesquisa apresentados (GAVA; VILLELA, 2016; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; NARDI; QUARTIERO, 2012).

Abordamos também questões referente a Síndrome de Burnout e segundo o Ministério da Saúde ela é caracterizada pelo cansaço físico, emocional e mental, principalmente em atividades que causam estresse e demandam muita responsabilidade, como na área da Educação (BRASIL, 2019). Böck (2004) relata que ela é composta pelo esgotamento emocional, impersonalização e baixa realização no trabalho.

A profissão docente é uma das mais afetadas devido às condições e à carga horária de trabalho, salas superlotadas, falta de segurança, indisciplina dos alunos, baixa remuneração e o não reconhecimento do trabalho (BENEVIDES-PEREIRA, 2011). Por isso, as respostas dos questionários sobre esgotamento e cansaço, demonstraram que 62,07% dos docentes se sentiam frequentemente esgotados ao fim de um dia de trabalho e a maioria considerou estar trabalhando demais (44,83%). Na percepção 37,93% do grupo entrevistado, o trabalho afeta algumas vezes de forma negativa o psicológico.

Esse resultado se destaca, pois, de acordo com Silva (2013), tais fatores podem ocasionar o colapso do ensino e ser preponderante para a desistência da profissão. Além desses fatores, para Benevides-Pereira (2012) um professor com Síndrome de Burnout, não se disponibilizará a responder aos questionamentos e curiosidades dos alunos, devido ao estresse e sentirem-se desanimados para o trabalho, assim, relacionando com a temática do presente trabalho, esta ficará afetada, pois o professor não fará de forma satisfatória a intermediação entre o aluno e a temática. Um aspecto positivo foi que 65,52% dos docentes responderam nunca ou raramente se sentiam cansados ao acordar ou pensar em ir trabalhar.

O tema central dessa pesquisa é a transversalidade a qual está relacionada a temas atuais de abrangência nacional e de grande relevância para a sociedade, uma vez que os temas transversais são eixos educativos presentes na atividade escolar. Eles são considerados comuns a todos os componentes curriculares, de forma que transpassam a reflexão possivelmente limitadora quando tratados em apenas uma disciplina, permitindo, desse modo, a constituição de um currículo mais globalizado e conveniente (YUS, 1998, p. 17). Segundo Casagrande, Santos e Morelli (2004) são conteúdos paralelos e programáticos e poderão ser usados em qualquer momento, apoiando-se na intertextualidade para sua realização.

A transversalidade presente nos PCNs, aponta que a escola deve propor aos seus alunos não só conhecimentos especificados, mas também temas sociais e éticos que buscam promover a criticidade nos alunos e construção do seu conhecimento (CASAGRANDE; SANTOS; MORELLI, 2004). Os PCNs são compostos por dez cadernos, o destaque desta pesquisa, é o caderno Orientação Sexual, tendo como objetivo contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade (BRASIL, 1998).

Segundo as diretrizes contidas nos PCN, a abordagem da sexualidade não deve ser limitada apenas a questões biológicas, mas envolver áreas da Educação, Psicologia, História, Medicina e Sociologia. A educação sexual deve atender todas essas dimensões (BRASIL, 1998).

Diante dessa concepção, questionou-se aos educadores se já tinham ouvido falar sobre transversalidade e/ou temas transversais e, em caso afirmativo, eles deveriam explicar o significado de transversalidade: dos 90% que responderam SIM, metade (n=15) não apresentou uma definição satisfatória e alguns nem mesmo a definiram.

Sobre a educação sexual, foram poucos (n=12) os docentes a considerar a amplitude do tema, porém para 16 (dezesesseis) deles esse ainda é um tema estritamente biológico, limitando-se a AIDS/DST, gravidez na adolescência, cuidado com o corpo e sexo.

Embora as políticas e os programas vinculados à educação sexual valorizem a compreensão e a abordagem mais ampla da sexualidade, conforme Vieira e Matsukura (2017) evidenciaram em seu estudo, esse modelo restrito às dimensões biológicas da sexualidade permanece predominante entre as práticas de educação sexual nos dias atuais (CASTRO; ABRAMOWAY; SILVA, 2004; PAIVA; PUPO; BARBOZA, 2006).

No que diz respeito à idade apropriada para abordagem do tema educação sexual, a maioria considerou ser a adolescência a fase apropriada para iniciar as aulas sobre sexualidade. Bonfim (2012) não aponta uma idade ideal, pois, para a autora a sexualidade está presente desde o momento da nossa gestação, e se fará presente em todas as etapas da vida. A autora suscita que, para abordagem do tema, deve-se considerar o nível de conhecimento da criança e ainda aconselha os pais e professores a entender que, mesmo não conversando com as crianças sobre o assunto, a sexualidade dela não será invalidada.

Já para Maia (2014) a abordagem da sexualidade com crianças deve ser realizada de forma sincera e sua correta informação na infância levaria a um melhor desenvolvimento das outras fases da vida, além de permitir que elas identifiquem casos de violência.

Os PCN preconizam a abordagem da educação sexual com a transversalidade e a interdisciplinaridade (BRASIL, 1998). Este presente estudo apontou que 86,67% dos docentes acreditam não haver uma disciplina específica para falar sobre educação sexual e 13,33% apontaram Ciências, como disciplina específica, esses dados corroboram com Vieira e Matsukura (2017) onde dizem que as práticas permanecem centrada nas disciplinas de Ciências e Biologia.

De acordo com a literatura, colocou-se no questionário uma lista com assuntos concernentes à sexualidade. Os professores foram orientados a marcar quais deveriam ser abordados em uma aula de educação sexual. Os docentes também tiveram a oportunidade de

indicar outros assuntos que considerassem importantes. Apenas um professor fez sugestão, indicando a temática: “Diferença entre sexo e sexualidade”. Essa sugestão é muito pertinente, quando se analisa que o tema: relações sexuais foi o assunto de menor porcentagem, e a possível explicação para essa pouca representatividade está no fato de que alguns docentes não consideram o assunto como algo integrante da sexualidade.

Tais resultados podem ser corroborados com base em discussões presentes na literatura, a qual apontam que determinadas questões sobre sexualidade permanecem como tabus, tanto em virtude de valores morais, religiosos, quanto pela falta de informações e formação específica para trabalhar a educação sexual (BORGES; MEYER, 2008; NARDI; QUARTIERO, 2012)

A responsabilidade de abordar a temática foi atribuída ao pais (30,85%), escola (30,85%) e funcionários da saúde (25,53%). O processo de educação sexual deve começar no ambiente familiar, este é a referência, porém com o passar do tempo é também na escola e nas demais instituições sociais, como o sistema de saúde, onde a educação sexual é melhor compreendida por meio de práticas pedagógicas e práticas de saúde (FIGUEIRÓ, 2010; FURLANI, 2003).

Para Mokrejs e Araujo (2013) a primeira responsabilidade é dos pais. Caso estes venham a se eximir, a escola deve assumir esse papel, principalmente quando um docente perceber que a criança/adolescente necessita dessa orientação e para Maistro (2009) dever haver um diálogo e uma integração entre esses três personagens.

Sobre a abordagem da temática nas disciplinas lecionadas, observou-se que 70% dos educadores responderam fazerem essa abordagem, e os temas mais trabalhados por eles foram: AIDS/DST, gravidez na adolescência, cuidados com o corpo e sistema reprodutor, assuntos muito ligados a disciplina de Ciências, mas também apontados por professores de outras disciplinas. Poucos docentes citaram algo além da dimensão biológica ligada à sexualidade dentro de sua disciplina, destaca-se um docente de Geografia que faz referência a esse tema ao tratar de densidade demográfica e taxas de natalidade e mortalidade.

Sobre a sexualidade na escola, 70% disseram não haver um projeto ou ação voltada para a temática e isso é preocupante, pois de acordo com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos-MDH, nos anos de 2016 a 2018, através do Disque 100, houve um registro de 53.132 denúncias de casos de violência sexual, contra criança e adolescentes, e no quadrimestre de 2019 foram registradas 4.736 denúncias. Os tipos de violência denunciadas são o abuso sexual, estupro, exploração sexual, exploração sexual no turismo, pornografia infantil

e *sexting*. Estes são assuntos que cabem e podem ser abordados em um projeto voltado para a educação sexual (BRASIL,2019).

Apesar dessas escolas não ter um projeto específico, os docentes disseram que a sexualidade é abordada na escola, por meio de palestras (35,14%), aulas normais (21,62%) e rodas de conversa e debates (28,38%). As duas primeiras abordagens para Maistro (2009) podem ser consideradas ineficientes, pois não possibilita ao aluno uma participação efetiva, não expondo suas opiniões e dúvidas, assim ele é apenas um ouvinte. Algumas dessas metodologias foram apontadas e utilizadas para trabalhar esses assuntos, e outras apontadas foram: leitura informativa, explanação com livro, aulas expositivas e dialogadas, vídeos e conversas informais.

Dentre os temas relacionados a sexualidade que são ou já foram abordados na escola, os mais apontados foram: gravidez na adolescência, AIDS/DST, métodos contraceptivos, cuidados com o corpo e sistema reprodutor. A maioria está ligada às questões biológicas e higiênicas, isso difere da proposta dos PCN, pois todos os temas apresentados no questionário deveriam ser abordados. Tais dados corroboram com o resultado da PENSE, realizada em 2015, pelo IBGE, onde demonstrou que 87,3% dos adolescentes já haviam recebido informações sobre HIV/AIDS e DST na escola (IBGE, 2016).

Nesta presente pesquisa os professores expõem de que forma a educação sexual vem ocorrendo nas escolas (palestras, rodas de conversa), o que possibilita identificar sua congruência com orientação dada pelos PCN, necessitando aprimorar a disseminação das informações para metodologias mais ativas, nas quais o aluno constrói seu conhecimento - como oficinas - por ser uma prática que permite maior interação entre os participantes e a construção coletiva do conhecimento (MARTINS; HORTA; CASTRO, 2013). Os PCN devem ser incorporados ao dia a dia escolar e, baseado neles, é necessário refletir sobre as formas metodológicas e pedagógicas das práticas desenvolvidas e investir em capacitação docente (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Outro destaque na pesquisa foi referente à parceria com equipes de saúde: 76,67% responderam existir tal parceria e em 60% disseram que as visitas da equipe de saúde ocorrem quando a escola solicita. Essa parceria mostra-se importante porque através dela a escola cumpre o disposto no Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa de Saúde na Escola - PSE (BRASIL, 2007). Entretanto, algumas das ações dispostas no decreto não foram citadas pelos docentes, tais como a avaliação auditiva e psicossocial, promoção da alimentação saudável e da cultura de prevenção no âmbito escolar. Essas ações contribuem para

a formação do aluno, por isso faz-se necessário desenvolvê-las na escola, pois muitas vezes o baixo desempenho do estudante pode estar ligado a algum desses fatores.

É notório que a parceria entre os setores da Educação e da Saúde pode ser significativamente eficaz no que se refere às práticas de educação sexual nas escolas (BAUMFELD *et al.*, 2012; BRASIL, 2005). Furlanetto *et al.*, (2018) mostram em seus resultados que, no ambiente escolar, os professores de Ciências e Biologia têm sido os principais responsáveis pela educação sexual (16,6%), enquanto, nas intervenções externas, caracterizadas por ações temporárias na escola, profissionais da Enfermagem se destacam (37,5%).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é claro em seu artigo 11, o qual afirma o direito de crianças e adolescentes ao acesso à saúde integral e, nessa direção, reforça-se a necessidade de garantia de acesso dos adolescentes aos serviços de cuidado à saúde integral, bem como às questões de sexualidade (BRASIL, 1990; SFAIR, 2012).

O conhecimento sobre o PSE e PCN - Temas Transversais foi considerado 48,28% satisfatório e 20,69% insatisfatório. Ressalta-se que 51,72% disseram considerar a importância da transversalidade da educação sexual no plano de ensino das disciplinas. Contudo alguns fatos mostram-se contraditórios, pois apesar de possuírem um conhecimento satisfatório sobre esses documentos e alegarem a inclusão da educação sexual em suas disciplinas, observou-se que a maioria deles aborda apenas a parte biológica e preventiva.

Identificou-se que geralmente as ações relativas à educação sexual foram classificadas como projetos pontuais, não fazendo parte de uma prática escolar contínua de longo prazo e demonstram sua ineficiência e não consolidação do conhecimento e nem mudança de comportamento. Interessante salientar o que Cedaro, Boas e Martins (2012) e Furlani (2011) falam, que para obter intervenções exitosas, deve haver um esforço em conjunto para alcançar as melhorias dos fatores relacionados, tais como capacitação de profissionais, estratégias mais didáticas e desenvolvimento de uma cultura que promova reflexão crítica ao longo da vida escolar.

Salienta-se a potencialidade da escola enquanto grupo de referência e espaço de significativa notoriedade no processo de construção de valores éticos e morais do ser humano. Saito (2008) destaca sobre a necessidade de que sejam trabalhadas com crianças e adolescentes questões como sexualidade, drogas, projetos de vida, entre outras, valendo-se do respeito à autonomia, reconhecimento das capacidades, comportamentos mais responsivos perante o exercício da sexualidade e ajustes no aprendizado de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania (ALTMANN, 2013).

8 CONCLUSÃO

Após análise dos dados dos questionários aplicados aos professores, constatou-se que, mesmo afirmando ter conhecimento sobre a transversalidade na educação sexual, os conceitos apresentados pelos docentes diferem do considerado pelo PCN. A incompreensão da transversalidade revelada ao longo desta pesquisa é reflexo de diversos fatores e, nesse cenário, toda a sociedade ficará prejudicada em função da inacessibilidade às explicações, informações, diálogo e partilha de anseios e dúvidas.

Concluiu-se que as escolas não possuem projetos adequados para abordar o tema e quando eles existem, há ações desenvolvidas dentro da escola que ocorrem em momentos específicos, sem profundidade, sem participação direta e sem continuidade. Notou-se também que os métodos utilizados podem ser considerados ineficientes para a abordagem da temática, pois o aluno é tratado apenas como um ouvinte, mero observador e acaba por não ter a oportunidade de expor seus questionamentos e ser atuante na construção do seu conhecimento.

Sobre a sexualidade, ainda há predominância no enfoque puramente biológico, foram poucos a considerar a abordagem psicossocial como uma forma de ajudar a ampliar essa visão a fim de desenvolver atividades como as formações continuadas, voltadas para os docentes, o que melhoraria a amplitude, relevância e importância do tema ser abordado para além do biológico.

Destaca-se a baixa capacitação e formação pedagógica dos professores pois grande parte possui apenas cursos de graduação e atuam na área há mais de dez anos e alguns possuem alta carga horária semanal, o que pode ocasionar desgaste físico, exaustão emocional, e indisponibilidade de participar de formações.

Espera-se que esse estudo possa contribuir com os trabalhos e ações da Secretaria de Educação do município, bem como as escolas onde os questionários foram aplicados no sentido de reforçar mais estratégias positivas e construtivas a respeito da construção da transversalidade, sua força e fragilidades.

Apesar de coletar algumas respostas referentes à Síndrome de Burnout, os dados coletados não são suficientes para concluir se algum desses professores desenvolveram tal síndrome, fica aqui uma sugestão para trabalhos futuros.

Compreende-se que os resultados desta pesquisa podem subsidiar possíveis outros estudos e projetos que insiram adaptações curriculares e mecanismos que privilegiem os saberes e as capacidades dos professores e dos estudantes a fim de que todos possam ter um desenvolvimento significativo na aprendizagem.

Apesar de não ser possível apresentar a visão dos alunos sobre a sexualidade, pois a maioria dos pais não permitiram que os filhos respondessem ao questionário, os motivos apresentados revelam que o tema é comumente associado somente ao ato de ensinar sobre sexo, mesmo sendo algo comumente falado, ainda causa polêmica e gera resistência. Assim para pesquisas como esta, é necessário primeiramente abordar os pais.

O processo de desenvolvimento da pesquisa demonstrou que investigar a sexualidade é um caminho delicado, carregado de preconceitos e conceitos repassados de forma errônea. É necessário fortalecer ações que promovam conhecimentos mais aprofundados para o corpo discente e docente tendo em vista que, na sua grande maioria, não dominam adequadamente a temática aqui discutida.

Enfim, diante das discussões realizadas, espera-se que essa investigação sirva como contribuição às discussões que estão sendo realizadas em todo o Brasil em torno da educação sexual. O debate sobre essas questões não se esgota com o surgimento de propostas educacionais e políticas públicas, ao contrário, com novos recursos e estratégias facilita-se a ação da transversalidade.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, J. C. C. **Professores do 1º segmento do ensino fundamental da cidade de Nova Iguaçu: aproximações entre qualificação e identidade.** 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. Disponível em: http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgeduc/files/2015/03/Dissertacao_Jose_Carlos_Aleixo_20141.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.
- ALMEIDA, S. A. **Orientação sexual nas escolas: seria possível se não incomodasse?** 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro: CLAM/UERJ, n. 13, p. 69-82, abr. 2013.
- ARRUDA, S. *et al.* Guia Adolescentes, jovens e educação em sexualidade. **Promundo**, 2015. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade/>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- BARRÈRE, A.; SEMBEL, N. **Sociologie de l'éducation**. Paris: Nathan, 2002.
- BAUMFELD, T. S. *et al.* Autonomia do cuidado: interlocução afetivo-sexual com adolescentes no PET-Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro: ABEM, v. 36, n. 1, p. 71-80, mar. 2012.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 62, n. 137, p. 155-168, dez. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. O burnout docente e seu reflexo no ensino. In: **Anais do X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5116_3122.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BÖCK, G. L. K. **A síndrome de Burnout e o trabalho na educação especial: um olhar sobre as percepções dos educadores.** 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30368032.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BONFIM, C. **Desnudando a Educação Sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100. **Balanco Geral 2011 a 1º quadrimestre de 2019 - Violência sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Diretrizes para a Implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde/MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília, v. 49, n. 27, jun. 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout**: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pcn/05_08_orientacao.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

BUGLIONE, S. **Reprodução e sexualidade**: uma questão de justiça. Porto Alegre: Themis Safe, 2002. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/reprodu%C3%A7%C3%A3o-e-sexualidade-uma-quest%C3%A3o-de-justi%C3%A7a>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARVALHO, F. A. Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos dentro da escola? In: Figueiró, M. N. D. (org.) **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009.

CASAGRANDE. E.; SANTOS R.S.; MORELLI, S.M.D. **Transversalidade na escola**. Akrópolis, Umuarama, v.12, nº.3, p. 185-186. 2004.

CASTRO, M. G.; ABRAMOWAY, M.; SILVA, L. B. **Juventude e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

CEDARO, J. J.; BOAS, L. M.S.V.; MARTINS, R. M. Adolescência e sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho -RO. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 320-339, 2012.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa des (conhecida)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DABHOIWALA, F. **As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual**. Tradução de Rafael Mantovani. 1 ed. São Paulo: Globo, 2013.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N.D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 4, n. 4, 1998. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84>. Acesso em: 26 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v.48 n.168 p.550-571, abr./jun. 2018.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 66-81.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, 2016.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e educação sexual**. 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155340>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MAISTRO, V.I.A. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.

MARTINS, A.S.; HORTA, N. C.; CASTRO, M. C. G. Promoção da saúde do adolescente em ambiente escolar. **Revista de APS**, v. 16, n. 1, 2013.

MOKREJS, E.; ARAUJO, K. B. Pais, escola e educação sexual. **Estilos clin.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 403-416, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2019.

MOLINA, A. M. R.; SANTOS, W. B. Educação Sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1149-1163, jul./set., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riace.v13.n3.2018.9530. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9530>. Acesso em: 28 jun. 2019.

NARDI, H.C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro: CLAM/UERJ, n. 11, p. 59-87, ago. 2012.

PAIVA, V.; PUPO, L. R.; BARBOZA, R. O. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo: USP, v. 40, p. 109-119, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40s0/15.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PALMA, Y. A. et al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PICAZIO, C. **Sexo Secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

PINHEIRO, A. S. et al. A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade. **Trab. educ. saúde**, v. 15, n. 3, p. 803-822, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v15n3/1678-1007-tes-15-03-0803.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PRÁ, J. R.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/660>. Acesso em: 30 jun. 2019

PRIORE, M. D. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

RABELO, A.O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes. **Educ. Pesqui**, v. 39, n. 4, p. 907-925, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2013nahead/aop1132.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco: a prevenção em questão. In: Silva, L. E.; Leal, M. M. (Eds.). **Adolescência**: prevenção e risco. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. p. 41-46.

SANTO, M. C. E.; COSTA, H. G. A Capacitação e qualificação docente na Universidade Federal Fluminense: avanços e perspectivas. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão,

11. Rio de Janeiro, 2015. **Anais Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: SENSU, 2015. p. 1-19.

SANTOS, M. L.; PERIN, C. S. B. A importância do planejamento de ensino para o bom desempenho do professor em sala de aula. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013**. Curitiba: SEED/PR., 2016. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_ped_artigo_maria_lucia_dos_santos.pdf. Acesso em: 01 jul. 2019.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, J.R.S. **Homossexuais são...: revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva Queer**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3445>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SILVA, M. P. G.O. A Silenciosa Doença do Professor: Burnout, ou o Mal-Estar Docente. **Revista Científica Integrada**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1464-161-454-1-sm/file>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SFAIR, S. C. **Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis federal e estadual em São Paulo**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SFAIR, S. C. et al. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 620-632. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2015.v24n2/620-632/pt>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Situação da População Mundial 2017**. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2019>. Acesso em: 03 jul. 2019.

VEIGA, L.; LEITE, M.R. S.D. T.; DUARTE, V. C. Qualificação, competência técnica e inovação no ofício docente para a melhoria da qualidade do ensino fundamental. **Revista de Administração contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 143-167, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000300008. Acesso em: 02 jul. 2019.

VIEIRA, P.M. MATSUKURA, T.S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69. p. 453-474. 2017.

YUS, R. **Temas transversais em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZOMPERO, A.F. et al. A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias** ISSN: 2176-1477, v. 9, n. 1, p. 101-114, 2018. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/783/570>. Acesso em: 24 jun. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

PROFESSOR

1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CAMPUS PINHEIRO

**Questionário para avaliação sobre a transversalidade na educação sexual nas escolas de
Pinheiro - MA**

Entrevistador: Nayane Pinheiro	Data:	Questionário n°:
---------------------------------------	--------------	-------------------------

- ✓ A seguir você preencherá um questionário com dados de interesse sobre educação sexual na escola.
- ✓ Marque as alternativas com um (X), não deixe de responder nenhuma pergunta.
- ✓ Preencha o questionário com sinceridade.

MÓDULO A - DADOS PESSOAIS

A1) ¹ Nome completo:		
A2) ¹ Telefone:	A3) ¹ Idade:	A4) ¹ Data de nascimento: ____ / ____ / ____
A5) Situação conjugal: ¹ () Solteiro ² () Casado / Vive com companheiro ³ () Viúvo ⁴ () Desquitado/ Divorciado / Separado		A6) Qual é o seu sexo? ¹ () Masculino ² () Feminino
A7) Qual é a sua cor ou raça? ¹ () Branca ² () Preta ³ () Amarela ⁴ () Parda ⁵ () Indígena		
A8) Qual a sua religião? ¹ () Católico ² () Espírita ³ () Protestante (evangélico, batista, mórmon, calvinista, luterano, testemunha de Jeová ou outro) ⁴ () Religião de matriz africana (candomblé, umbanda) ⁵ () Agnóstico ⁶ () Ateísta ⁷ () Acredito em Deus, mas não sigo nenhuma religião ⁸ () Tenho outra religião. Qual? _____		

MÓDULO B - DADOS PROFISSIONAIS

B1) Exerce outra função além da carreira docente? ¹ () Sim ² () Não	B2) Carga horária semanal: _____	B3) Turno (s) de trabalho: ¹ () Manhã ² () Tarde ³ () Noite
B4) Atualmente qual disciplina você leciona? ¹ () Português ² () Matemática ³ () História ⁴ () Geografia ⁵ () Religião ⁶ () Artes ⁷ () Ciências ⁸ () Inglês ⁹ () Filosofia ¹⁰ () Educação Física ¹¹ () Outro. Qual? _____	B5) Em quais níveis de escolaridade você leciona neste ano (2019)? ¹ () Séries Iniciais (1º ao 5º ano) ² () Séries Finais (6º ao 9º ano) ³ () Ensino Médio	
B6) A(s) sua(s) disciplina(s) possui/possuem o Plano de Ensino? ¹ () Sim ² () Não	B7) Em quais níveis de escolaridade você já lecionou ? (Pode marcar mais de uma opção) ¹ () Séries Iniciais (1º ao 5º ano) ² () Séries Finais (6º ao 9º ano) ³ () Ensino Médio	
B8) Você trabalha como professor do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano ou 5ª a 8ª série em outra escola além desta? ¹ () Sim ² () Não	B9) Se você respondeu "Sim" na questão anterior, por favor, indique em quantas outras escolas você trabalha como professor do ensino fundamental de 6º a 9º ano ou 5ª a 8ª série.	
B10) Na sua escola é realizado o planejamento escolar anual? ¹ () Sim ² () Não	Por favor, informe o número de escolas. (_____) Escolas	
B11) Há quanto tempo você leciona? Se possível, exclua períodos prolongados de ausência (como, por exemplo, interrupções na carreira docente) ¹ () Este é meu primeiro ano ² () 1-2 anos ³ () 3-5 anos ⁴ () 6-10 anos ⁵ () 11-15 anos ⁶ () 16-20 anos ⁷ () Há mais de 20 anos		

<p>B12) Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu? (Por favor, marque apenas uma alternativa).</p> <p>¹() Ensino Médio e/ou Magistério ²() Educação Superior – Curso Superior de Tecnologia ³() Educação Superior – Pedagogia ⁴() Educação Superior – Licenciaturas ⁵() Educação Superior – Outros Cursos ⁶() Especialização (Lato Sensu) ⁷() Mestrado (Stricto Sensu) ⁸() Doutorado (Stricto Sensu)</p>	<p>B13) Com qual frequência acontece as reuniões pedagógicas (planejamento e afins) na escola?</p> <p>¹() 1 vez na semana ²() 1 vez ao mês ³() Semestral (6 em 6 meses) ⁴() Trimestral (3 em 3 meses) ⁸() Quando solicitado pela escola ⁹() Não acontecem reuniões pedagógicas</p>
<p>B14) Nos últimos 18 meses, você (por iniciativa própria ou da escola) participou de qualquer um dos seguintes tipos de atividades de desenvolvimento profissional como professor? (Por favor, tenha total atenção a essa questão, ela possui as letras a,b,c,d,e,f,g).</p> <p>a) Cursos/ oficinas de trabalho (por exemplo, sobre disciplinas ou métodos e/ou outros tópicos relacionados à educação) ¹() Sim ²() Não</p> <p>b) Conferências ou seminários sobre educação (quando os professores e/ou os pesquisadores apresentam resultados de suas pesquisas e discutem problemas educacionais) ¹() Sim ²() Não</p> <p>c) Programas de qualificação (como, por exemplo, curso em nível de graduação ou pós-graduação que ofereça diploma ou certificado). ¹() Sim ²() Não</p> <p>d) Visitas de observação a outras escolas. ¹() Sim ²() Não</p> <p>e) Participação em uma rede de professores (network) formada especificamente para o desenvolvimento profissional dos professores de maneira interdisciplinar. ¹() Sim ²() Não</p> <p>f) Pesquisa individual ou em colaboração sobre um tópico de seu interesse profissional. ¹() Sim ²() Não</p> <p>g) Orientação e/ou observação feita por um colega e Supervisão, organizadas formalmente pela escola. ¹() Sim ²() Não</p>	
<p>B15) Sinto-me esgotado ao final de um dia de trabalho. ¹() Nunca ²() Raramente ³() Algumas vezes ⁴() Frequentemente ⁵() Sempre</p>	<p>B16) Acho que estou trabalhando demais no meu emprego. ¹() Nunca ²() Raramente ³() Algumas vezes ⁴() Frequentemente ⁵() Sempre</p>
<p>B17) Meu trabalho afeta negativamente meu bem-estar psicológico. ¹() Nunca ²() Raramente ³() Algumas vezes ⁴() Frequentemente ⁵() Sempre</p>	<p>B18) Quando me levanto de manhã, sinto cansaço só de pensar que tenho que encarar mais um dia de trabalho. ¹() Nunca ²() Raramente ³() Algumas vezes ⁴() Frequentemente ⁵() Sempre</p>

MÓDULO C - SOBRE TRANSVERSALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

<p>C1) Você já ouviu falar de TRANSVERSALIDADE (Temas Transversais)? ^{1.} () Sim ^{2.} () Não (Pule para questão C3)</p>	3
<p>C2) Se sim, o que é transversalidade?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>C3) O que você entende por educação sexual?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>C4) Qual a idade apropriada em que a criança/adolescente deve começar a ter aula sobre educação sexual na escola?</p> <p>^{1.} () criança (até 12 anos de idade incompletos) ^{2.} () adolescência (12 a 18 anos de idade) ^{3.} () Não deve haver educação sexual nas escolas.</p>	<p>C5) Na sua opinião, existe uma disciplina específica para falar sobre educação sexual?</p> <p>^{1.} () Não ^{2.} () Sim. Qual? _____</p>
<p>C6) Dos temas abaixo, quais você considera que devem ser abordados em uma aula de educação sexual? (Você pode marcar mais de uma opção)</p> <p>^{1.} () AIDS/DST ^{2.} () Gravidez na adolescência ^{3.} () Métodos contraceptivos (camisinha, pílula) ^{4.} () Cuidados com o corpo ^{5.} () Sistema reprodutor (masculino e feminino) ^{6.} () Aborto ^{7.} () Violência sexual ^{8.} () Pedofilia ^{9.} () Homofobia ^{10.} () Relações sexuais ^{11.} () Diversidade sexual ^{12.} () Outro. Qual? _____</p>	<p>C7) Na sua opinião, quem deve falar sobre educação sexual com crianças/adolescentes? (Você pode marcar mais de uma opção)</p> <p>^{1.} () Os pais ^{2.} () A escola (professores, orientadores) ^{3.} () A igreja (pastores, padres) ^{4.} () A internet ^{5.} () Programas de televisão ^{6.} () Funcionários da saúde (médicos, enfermeiros e afins) ^{7.} () Outro. Qual? _____</p>
<p>C8) Na disciplina que você leciona, você aborda temas relacionados à educação sexual? ^{1.} () Sim ^{2.} () Não</p>	
<p>C9) Se “Sim”, quais temas? _____</p> <p>_____</p>	
<p>C10) Quais metodologias você utiliza? _____</p> <p>_____</p>	

MÓDULO D - SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA

<p>D1) Na escola existe algum projeto/ação interdisciplinar para abordar temas relacionadas a sexualidade?</p> <p>^{1.} () Sim ^{2.} () Não</p>	<p>D3) Como é trabalhado o tema sexualidade na escola? (Você pode marcar mais de uma opção)</p> <p>^{1.} () Aulas formais ^{2.} () Palestras ^{3.} () Oficinas ^{4.} () Expressões artísticas (teatro, poema, dança, música) ^{5.} () Roda de conversa e debates ^{6.} () Jogos e dinâmicas ^{7.} () Não é trabalhado esse tema ^{8.} () Outro. Qual? _____</p>
<p>D2) Você se sente à vontade para abordar a temática sexualidade com seus alunos?</p> <p>^{1.} () Sim ^{2.} () Não</p>	

<p>D4) Quais temáticas relacionadas à sexualidade são/foram abordadas na sua escola?</p> <p>1. () Não é trabalhado esse tema 2. () AIDS/DST 3. () Gravidez na adolescência 4. () Métodos contraceptivos (camisinha, pílula) 5. () Cuidados com o corpo 6. () Sistema reprodutor (masculino e feminino) 7. () Aborto</p>		<p>8. () Violência sexual 9. () Pedofilia 10. () Homofobia 11. () Relações sexuais 12. () Diversidade sexual 13. () Outro. Qual? _____</p>	
<p>D5) Existem ações em relação à educação sexual com crianças/adolescentes realizadas em parceria entre escola e equipe da saúde?</p> <p>1. () Sim 2. () Não (Passe para D9)</p>		<p>D6) Com que frequência essa equipe de saúde visita a escola?</p> <p>1. () 1 vez ao ano 2. () 1 vez ao mês 3. () 1 vez na semana 4. () Quando solicitado pela escola 5. () Não sei</p>	
<p>D7) Quais ações são promovidas por essa equipe na sua escola?</p> <p>1. Avaliação: () Clínica () Nutricional () Auditiva () Oftalmológica () Saúde e higiene bucal () Psicossocial 2. () Promoção da alimentação saudável 3. () Atualização e controle do calendário vacinal 4. () Prevenção redução do consumo do álcool 5. () Prevenção do uso de drogas 6. () Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva</p>			
<p>D8) Do seu ponto de vista essas visitas na escola prejudicam seu planejamento de aula?</p> <p>1. () Sim 2. () Não</p>		<p>D9) Você considera importante que exista uma parceria entre a educação e a saúde?</p> <p>1. () Sim 2. () Não</p>	

MÓDULO E - SOBRE PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

<p>E1) Em relação ao PCN (Temas Transversais) e o PSE (Programa de Saúde na Escola), como você considera seu conhecimento a respeito desses documentos?</p> <p>1. () Muito Satisfatório 2. () Satisfatório 3. () Nem Satisfatório/Nem Insatisfatório 4. () Insatisfatório 5. () Muito Insatisfatório</p>		
<p>E2) Na(s) sua(s) disciplina(s), o Plano de Ensino considera a transversalidade da educação sexual?</p> <p>1. () Sim 2. () Não</p>		
<p>E3) Você acha que educação sexual deve ser um tema abordado nas escolas? Se Sim, por quê? Se Não, por quê?</p> <p>1. () Sim 2. () Não _____ _____ _____ _____</p>		
<p>E4) Você gostaria de fazer alguma observação? Acrescentar algo em nossa conversa sobre o tema?</p> <p>_____ _____ _____</p>		

Ao completar este questionário, por favor, entregue-o à pessoa responsável pela coleta dos questionários.
Muito obrigado por sua cooperação!

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

5

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro(a) senhor (a), você está sendo convidado para participar da pesquisa: **ANÁLISE DA TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PINHEIRO –MA**, sob a responsabilidade da pesquisadora ANNE KARINE MARTINS ASSUNÇÃO, docente da Universidade Federal do Maranhão que tem como objetivo analisar a transversalidade e o uso de metodologias para a educação sexual em escolas públicas de Pinheiro-MA.

A participação é voluntária e se dará ao responder um questionário para investigar os conhecimentos transversalidade na educação sexual.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são risco de constrangimento. Se você aceitar participar, estará contribuindo para que este estudo traga informações importantes sobre a transversalidade na abordagem da educação sexual, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa orientar os gestores da educação e saúde do município de Pinheiro bem como as intervenções que a Universidade Federal do Maranhão, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Se depois de consentir com a participação o Sr (a) desistir da participação, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Esta pesquisa respeita as diretrizes éticas em pesquisa com seres humanos, desta forma a sua imagem será preservada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Estrada de Pacas, KM 10 - PACAS - Pinheiro - MA CEP:65200-000, pelo telefone: (98) 3272-9783, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFMA, na Avenida dos Portugueses s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, em frente ao auditório Multimídia da PPPGI. E-mail para correspondência cepufmma@ufma.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo com a minha participação no projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Pinheiro, _____ / _____ / _____

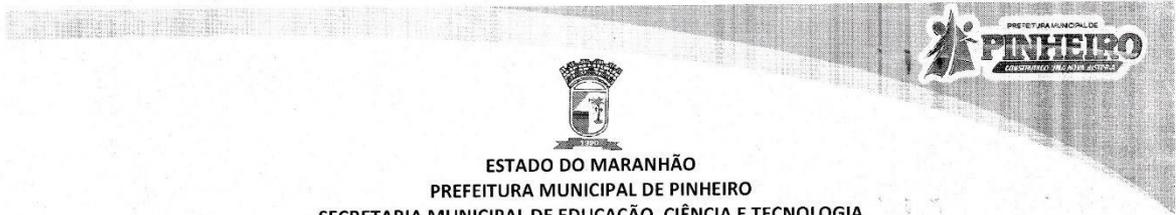
Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

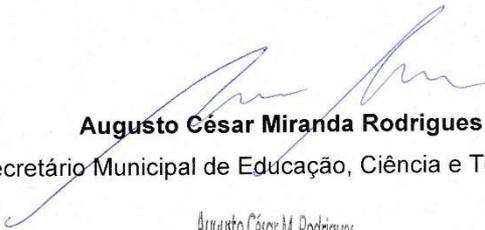
Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

ANEXO

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a Sra Nayane Pinheiro, matrícula nº 2014032091, aluna do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia/CCHNST/Campus Pinheiro da UFMA, a desenvolver o seu projeto de TCC, nas escolas da rede municipal, intitulado "Análise da transversalidade na educação sexual".

Pinheiro, 04 de junho de 2019.


Augusto César Miranda Rodrigues

Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Augusto César M. Rodrigues
Secretário de Educação
Ciência e Tecnologia

ANEXO B - NOME DAS ESCOLAS E O CÓDIGO DO INEP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

RELAÇÃO DE ESCOLAS POR MODALIDADE

ESCOLAS COM ENS FUND ANOS INICIAIS		ESCOLAS COM EDUC INFANTIL		ESCOLAS COM ENS FUND ANOS FINAIS				
1	21046921	COLEGIO CATARINA VELOSO	1	21045993	COLEGIO ROMUALDO FERREIRA	1	21046921	COLEGIO CATARINA VELOSO
2	21046700	COLEGIO DOMINGOS PERDIGAO	2	21045356	EM ABILIO LOUREIRO	2	21046700	COLEGIO DOMINGOS PERDIGAO
3	21045993	COLEGIO ROMUALDO FERREIRA	3	21045364	EM ABRAAO CARDOSO	3	21045993	COLEGIO ROMUALDO FERREIRA
4	21045356	EM ABILIO LOUREIRO	4	21045372	EM AFONSO PAIVA	4	21045364	EM ABRAAO CARDOSO
5	21045364	EM ABRAAO CARDOSO	5	21046905	EM ALBINO PAIVA	5	21045372	EM AFONSO PAIVA
6	21045372	EM AFONSO PAIVA	6	21215073	EM ANTONIA QUEIROZ SOARES	6	21046905	EM ALBINO PAIVA
7	21046905	EM ALBINO PAIVA	7	21045402	EM ANTONIO CANINDE DOS SANTOS	7	21045577	EM ELIZABETO CARVALHO
8	21215073	EM ANTONIA QUEIROZ SOARES	8	21046808	EM BOM JESUS	8	21215006	EM JOAO RAIMUNDO NUNES
9	21045402	EM ANTONIO CANINDE DOS SANTOS	9	21230021	EM CAMILO LELES SOARES	9	21214972	EM JOSE PAULO ALVIM
10	21046808	EM BOM JESUS	10	21046751	EM DEP JOSE GENESIO	10	21045712	EM LUIS CARLOS LEITE
11	21230021	EM CAMILO LELES SOARES	11	21045518	EM DES SARNEY COSTA	11	21045763	EM MARIA JOSE RODRIGUES
12	21046751	EM DEP JOSE GENESIO	12	21046778	EM DO CERRO	12	21215014	EM MATIAS SANTOS
13	21045518	EM DES SARNEY COSTA	13	21415200	EM DO POVOADO SAO ROQUE	13	21045801	EM NENROD SILVA
14	21046778	EM DO CERRO	14	21045216	EM DO POVOADO URUCURANA	14	21045879	EM RAIMUNDO CARVALHO
15	21415200	EM DO POVOADO SAO ROQUE	15	21251630	EM DOMINGOS ANDRADE BRITO	15	21045925	EM ROBSON DAS FLORES OLIVEIRA
16	21045216	EM DO POVOADO URUCURANA	16	21044899	EM DR ANTENOR ABREU	16	21045968	EM SINHAZINHA FERREIRA
17	21251630	EM DOMINGOS ANDRADE BRITO	17	21045577	EM ELIZABETO CARVALHO	17	21046000	EM TODOS OS SANTOS
18	21044899	EM DR ANTENOR ABREU	18	21046786	EM ESPERANCA	18	21046026	EM WALTER ABREU
19	21045577	EM ELIZABETO CARVALHO	19	21046948	EM FAUSTA BARBOSA DE CARVALHO	19	21251622	UE JOSE GOMES JUNIOR
20	21046786	EM ESPERANCA	20	21045585	EM FILADELFO MENDES	20	21256411	UI PROFESSORA ALNIR LIMA SOARES
21	21046948	EM FAUSTA BARBOSA DE CARVALHO	21	21046891	EM FRANCISCO DOROTHEO DA SILVA	21	21046107	EM CONCEICAO DE MARIA VIEGAS
22	21045585	EM FILADELFO MENDES	22	21046123	EM HUMBERTO MATOS	22	21045380	EM ALEXANDRE GOMES
23	21046891	EM FRANCISCO DOROTHEO DA SILVA	23	21046760	EM HUMBERTO PINHEIRO FILHO	23	21045399	EM AMELIA CAMPOS
24	21046123	EM HUMBERTO MATOS	24	21046832	EM JOANA BATISTA FERREIRA MORAES	24	21045461	EM COSTA RODRIGUES
25	21046760	EM HUMBERTO PINHEIRO FILHO	25	21045070	EM JOAO DINIZ SOBRINHO	25	21215049	EM COTOVELO
26	21046832	EM JOANA BATISTA FERREIRA MORAES	26	21215006	EM JOAO RAIMUNDO NUNES	26	21045607	EM GETULIO VARGAS
27	21045070	EM JOAO DINIZ SOBRINHO	27	21265089	EM JOAO RIBEIRO	27	21045160	EM TEREZINHA LEITE
28	21215006	EM JOAO RAIMUNDO NUNES	28	21215197	EM JOFRE MORAES	28	21045852	COLEGIO DR PEDRO LOBATO
29	21265089	EM JOAO RIBEIRO	29	21237123	EM JORZINO FARIAS	29	21044910	ESCOLA INAH REGO
30	21215197	EM JOFRE MORAES	30	21044953	EM JOSE GABRIEL FERREIRA	30	21046450	INSTITUTO DE EDUCACAO DE
31	21237123	EM JORZINO FARIAS	31	21214972	EM JOSE PAULO ALVIM	31	21228345	PINHEIRO - IEP
32	21044953	EM JOSE GABRIEL FERREIRA	32	21415218	EM LAZARO ESTEVAN SA	32	21046727	EM ALEXANDRE GOMES
33	21214972	EM JOSE PAULO ALVIM	33	21045313	EM LUCILIA MOREIRA	33	21046772	UE MARIA PAIVA ABREU
34	21415218	EM LAZARO ESTEVAN SA	34	21045712	EM LUIS CARLOS LEITE	34	21044880	UE PROFª DILU FREITAS
35	21045712	EM LUIS CARLOS LEITE	35	21045720	EM LUIS GONZAGA	35	21046999	UI AGOSTINHO RAMALHO MARQUES
36	21045720	EM LUIS GONZAGA	36	21045275	EM MANECO PAIVA	35	21046743	UI PRESIDENTE MEDICI
37	21045275	EM MANECO PAIVA	37	21045755	EM MANOEL PAIVA			35
38	21045755	EM MANOEL PAIVA	38	21045348	EM MARCIONILIO BRAGA			
39	21045348	EM MARCIONILIO BRAGA	39	21046182	EM MARIA DA CONCEICAO ESTRELA			
40	21046182	EM MARIA DA CONCEICAO ESTRELA	40	21045763	EM MARIA JOSE RODRIGUES			
41	21045763	EM MARIA JOSE RODRIGUES	41	21215014	EM MATIAS SANTOS			
42	2104970	EM MARIA QUITERIA CERVEIRA	42	21270481	EM MIRTES PAIVA			
43	21215014	EM MATIAS SANTOS	43	21045801	EM NENROD SILVA			
44	21270481	EM MIRTES PAIVA	44	21215162	EM NHAZINHA PALAVRA			
45	21045801	EM NENROD SILVA	45	21045828	EM NOSSA SENHORA DAS GRACAS			
46	21215162	EM NHAZINHA PALAVRA	46	21270490	EM OSMAR PACHECO			
47	21045828	EM NOSSA SENHORA DAS GRACAS	47	21237166	EM PROFª ELVIRA PEREIRA			
48	21270490	EM OSMAR PACHECO	48	21045860	EM RAIMUNDO ARAUJO			
49	21237166	EM PROFª ELVIRA PEREIRA	49	21045875	EM RAIMUNDO CARVALHO			
50	21045860	EM RAIMUNDO ARAUJO	50	21046247	EM RAIMUNDO MARCELINO FERREIRA			
51	21045875	EM RAIMUNDO CARVALHO	51	21045909	EM RAIMUNDO PIMENTA			
52	21046247	EM RAIMUNDO MARCELINO FERREIRA	52	21214891	EM RIBEIRAO DE CIMA			
53	21045909	EM RAIMUNDO PIMENTA	53	21046824	EM ROBERTO SOUSA AMARAL			
54	21214891	EM RIBEIRAO DE CIMA	54	21045925	EM ROBSON DAS FLORES OLIVEIRA			
55	21046824	EM ROBERTO SOUSA AMARAL	55	21046930	EM SADY DOS SANTOS MATOS			
56	21045925	EM ROBSON DAS FLORES OLIVEIRA	56	21045976	EM SANTA RITA			
57	21045976	EM SANTA RITA	57	21045950	EM SAO JOSE DE RIBAMAR			
58	21045950	EM SAO JOSE DE RIBAMAR	58	21523665	EM SERRARIINHA			
59	21523665	EM SERRARIINHA	59	21045968	EM SINHAZINHA FERREIRA			
60	21045968	EM SINHAZINHA FERREIRA	60	21045640	EM THEODORO DA LUZ LOBATO			
61	21045640	EM THEODORO DA LUZ LOBATO	61	21046000	EM TODOS OS SANTOS			
62	21046000	EM TODOS OS SANTOS	62	21046018	EM UBALDO PIMENTA			
63	21046018	EM UBALDO PIMENTA	63	21214930	EM VALERIANO SANTOS			
64	21214930	EM VALERIANO SANTOS	64	21230030	EM VER BENEDITO MARAMALDO			
65	21230030	EM VER BENEDITO MARAMALDO	65	21522669	EM VER LOURENCO FARIAS			
66	21522669	EM VER LOURENCO FARIAS	66	21045232	EM VITORIA DA CHAPADA			
67	21045232	EM VITORIA DA CHAPADA	67	21046026	EM WALTER ABREU			
68	21046026	EM WALTER ABREU	68	21045038	EM ZIRZA JINKINGS			
69	21045038	EM ZIRZA JINKINGS	69	21214956	UE JOAO MANOEL RIBEIRO			
70	21214956	UE JOAO MANOEL RIBEIRO	70	21251622	UE JOSE GOMES JUNIOR			

Elaborado Silvio Borges



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

71	21251622	UE JOSE GOMES JUNIOR	71	21046409	UE MAJOR JACINTO GUTERRES
72	21046409	UE MAJOR JACINTO GUTERRES	72	21192251	UE MARIA DE LOURDES LEITE MENDES
73	21192251	UE MARIA DE LOURDES LEITE MENDES	73	21046107	EM CONCEICAO DE MARIA VIEGAS
74	21256411	UI PROFESSORA ALNIR LIMA SOARES	74	21522677	EM DE NOVA JERUSALEM
75	21046107	EM CONCEICAO DE MARIA VIEGAS MENDES	75	21046859	EM DO POVOADO SERRARIA
76	21522677	EM DE NOVA JERUSALEM	76	21215030	EM FRANCISCO DIAS
77	21046859	EM DO POVOADO SERRARIA	77	21045178	EM JUDITH REIS
78	21215030	EM FRANCISCO DIAS	78	21046867	EM SAO MARCOS
79	21045178	EM JUDITH REIS	79	21214999	EM THEOTONIO COSTA
80	21046867	EM SAO MARCOS	80	21045380	EM ALEXANDRE GOMES
81	21214999	EM THEOTONIO COSTA	81	21045399	EM AMELIA CAMPOS
82	21045380	EM ALEXANDRE GOMES	82	21045119	EM ARY COSTA ABREU
83	21045399	EM AMELIA CAMPOS	83	21563667	EM BATUBA
84	21045119	EM ARY COSTA ABREU	84	21224579	EM BERNARDO MENDONCA
85	21563667	EM BATUBA	85	21045062	EM CHICO BAIANO
86	21224579	EM BERNARDO MENDONCA	86	21046115	EM CORACAO DE JESUS
87	21045062	EM CHICO BAIANO	87	21045461	EM COSTA RODRIGUES
88	21046115	EM CORACAO DE JESUS	88	21215049	EM COTOVELO
89	21045461	EM COSTA RODRIGUES	89	21256462	EM DOMINGOS PEREIRA DINIZ
90	21215049	EM COTOVELO	90	21215057	EM ESDRAS LIBERALINO SOARES
91	21256462	EM DOMINGOS PEREIRA DINIZ	91	21045607	EM GETULIO VARGAS
92	21215057	EM ESDRAS LIBERALINO SOARES	92	21229988	EM JOAO PAULO CASTRO NOGUEIRA
93	21045607	EM GETULIO VARGAS	93	21214980	EM JOAQUIM CUNHA NETO GUTERRES
94	21229988	EM JOAO PAULO CASTRO NOGUEIRA	94	21046344	EM JOSE BONIFACIO LOBATO
95	21214980	EM JOAQUIM CUNHA NETO GUTERRES	95	21045682	EM JOSIAS PEIXOTO ABREU
96	21046344	EM JOSE BONIFACIO LOBATO	96	21045704	EM LEANDRO NOGUEIRA
97	21045682	EM JOSIAS PEIXOTO ABREU	97	21045488	EM LEONARDO BATISTA RIBEIRO
98	21045704	EM LEANDRO NOGUEIRA	98	21045739	EM MANOEL ABREU
99	21045488	EM LEONARDO BATISTA RIBEIRO	99	21215138	EM MARIA COSTA
100	21045739	EM MANOEL ABREU	100	21215146	EM NOEME SOARES
101	21215138	EM MARIA COSTA	101	21266301	EM PROFª MARIA DO CARMO BARROS
102	21215146	EM NOEME SOARES	102	21271496	EM PROTECAO
103	21266301	EM PROFª MARIA DO CARMO BARROS LEITE	103	21045887	EM RAIMUNDO CELINO ARAUJO
104	21271496	EM PROTECAO	104	21045917	EM RAIMUNDO PINHEIRO
105	21045887	EM RAIMUNDO CELINO ARAUJO	105	21045186	EM RIO DOS PEIXES
106	21045917	EM RAIMUNDO PINHEIRO	106	21214913	EM SAO JOSE
107	21045186	EM RIO DOS PEIXES	107	21045160	EM TEREZINHA LEITE
108	21214913	EM SAO JOSE	108	21046395	EM VER ANTONIO RIBEIRO
109	21045160	EM TEREZINHA LEITE	109	21044937	UE JOAO BATISTA PINHEIRO
110	21046395	EM VER ANTONIO RIBEIRO	110	21044872	EM CONCITA VIEGAS
111	21044937	UE JOAO BATISTA PINHEIRO	111	21265070	EM DOM RICARDO PEDRO PAGLIA
112	21045852	COLEGIO DR PEDRO LOBATO	112	21498830	EM PROFª ANTONIO CARLOS GUTERRES
113	21044872	EM CONCITA VIEGAS	113	21045429	J I AURELINA CATARINA AMORIM
114	21265070	EM DOM RICARDO PEDRO PAGLIA	114	21237867	J I BEM ME QUER
115	21045593	EM FILADELFO MENDES FILHO	115	21046557	J I FRUTO DO SABER
116	21046654	EM JOSE DE ARIMATEA NUNES	116	21271429	J I MARCELINA DOS SANTOS MORAES
117	21498830	EM PROFª ANTONIO CARLOS GUTERRES	117	21237875	J I MIRTES PAIVA
118	21046450	INSTITUTO DE EDUCACAO DE PINHEIRO - IEP	118	21046522	J I PEQUENO PRINCIPE
119	21228345	U I JOSE ERIVAN CORDEIRO	118	118	
120	21046727	UE MARIA PAIVA ABREU			
121	21044880	UE PROFª DILU FREITAS			
122	21046999	UI AGOSTINHO RAMALHO MARQUES			
123	21046743	UI PRESIDENTE MEDICI			
124	21244065	UI PROFª JOAO MARIANO ARAUJO RIBEIRO			
	124				